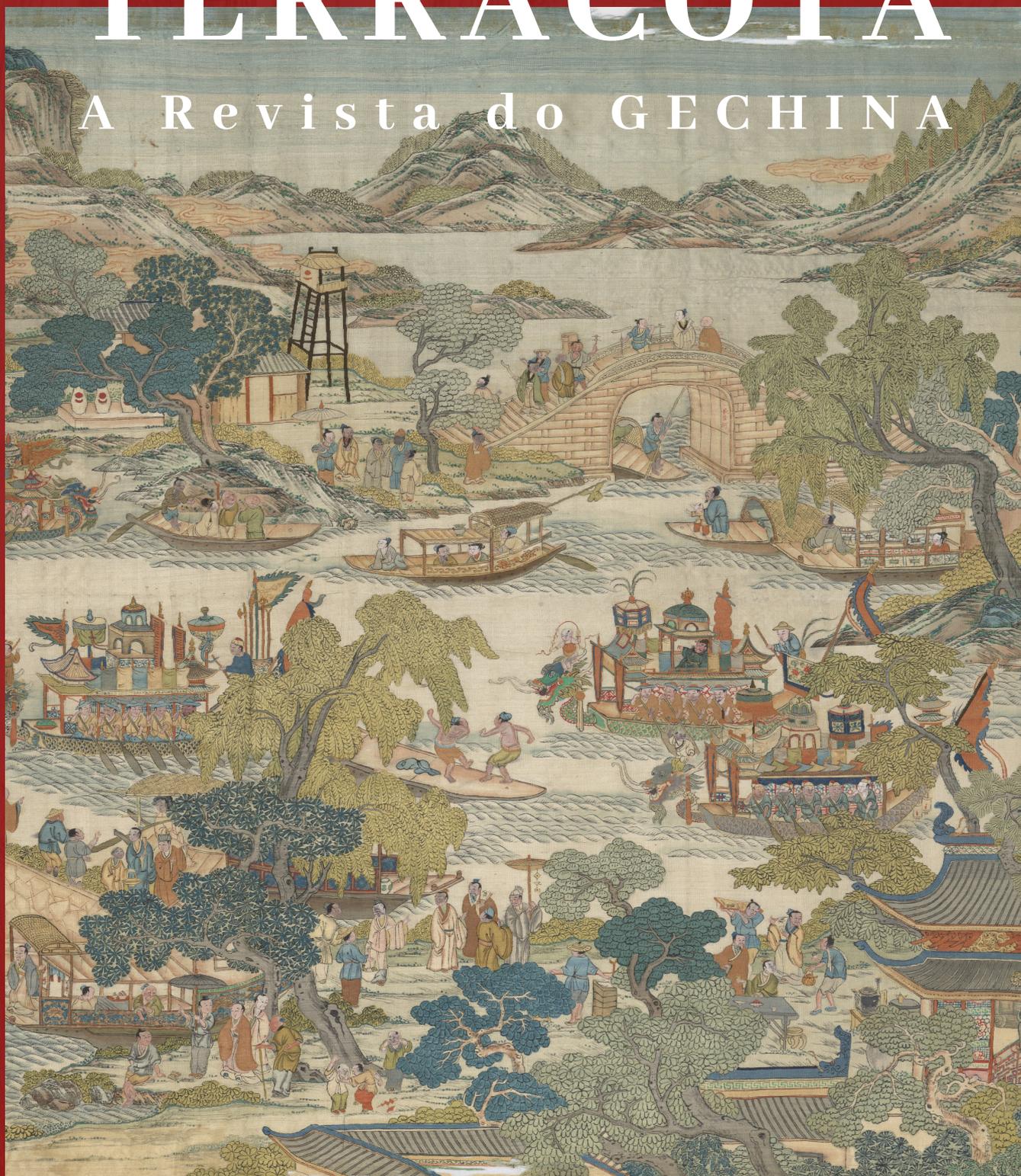


JUNHO, 2025. [v.3] [n.2]

TERRACOTA

A Revista do GECHINA



O mito da identidade nacional | Diplomacia e Governança Digital chinesas | Urbanização e diplomacia | De Havana à Beijing - Um panorama histórico das relações Cuba x China | Desafios e Oportunidades da Relação Colômbia-China e o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico



研究中国
GECHINA UnB

TERRACOTA

A Revista do GECHINA
JUNHO, 2025 [v.3] [n.2]

EDITORA-CHEFE

Prof. Ana Cristina Balestro

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Siegrid Guillaumon Dechandt (UnB), Mayara Reis, Luiz Gabriel Ribeiro Locks, Thays Alves da Silva.

REVISOR FINAL

Luiz Gabriel Ribeiro Locks.

REVISORES

Prof. Ana Cristina Balestro (UnB), Prof. Siegrid Guillaumon Dechandt (UnB), Aline Ribeiro Mendes, Enzo Antonio dos Santos Vignone, Gustavo Lamounier Gonçalves, Luana Bramorski Cerqueira Cesar, Luisa Bianchet, Luiz Gabriel Ribeiro Locks, Natasha Dutra Toledo.

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

João Paulo Araújo Souto, Thays Alves da Silva.

DIAGRAMAÇÃO

João Paulo Araújo Souto.

CAPA

João Paulo Araújo Souto.

IMAGENS

The Metropolitan Museum of Art (Capa - Dragon-boat festival Performance. Datado da Dinastia Qing, séculos XVIII—XIX), Aaron Greenwood (fotografia - Terracotta Army statue).

A revista Terracota está disponível para download em mngt.unb.br

Brasília, Distrito Federal (DF) – Brasil.
Grupo de Estudos sobre China (GECHINA)
Departamento de Administração (UnB)

Trimestral, v.03, n.02 (junho de 2025)
ISSN: 3085-833X

SUMÁRIO

- Apresentação.** 04
Luiz Gabriel Ribeiro Locks
- O mito da identidade nacional: uma análise comparativa entre Os Lusíadas e Jornada ao Oeste.** 08
Barbara Mascarenhas Morgado
- Diplomacia e Governança Digital chinesas.** 16
Júlia Melo Rodrigues de Aguiar
- Urbanização e diplomacia: a reaproximação entre China e Hong Kong a partir de Shenzhen.** 23
João Paulo Araújo Souto
- De Havana à Beijing - Um panorama histórico das relações Cuba x China.** 36
Arthur Vidal Mendes
- Desafios e Oportunidades da Relação Colômbia-China e o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.** 46
Ana Cristina Balestro, Tatiana Gélvez Rubio, Manuela Barrera Cubides

Apresentação editorial

Luiz Gabriel Ribeiro Locks¹

东西南北，其修孰多？

Leste e oeste, sul e norte; qual direção se estende mais longínqua?

南北顺椭，其衍几何？

[Se] o sul e o norte formam uma elipse, [por] quanto eles se estendem?

(. . .) 四方之门，其谁从焉？

Quem é que atravessa os Portões das Quatro Direções?

西北辟启，何气通焉？

Quando o [Portão] noroeste se abre, que tipo de vento sopra através [dele]?

(. . .) 何所冬暖？何所夏寒？

Onde o inverno é quente? Onde o verão é frio?²

No último mês de maio, durante o processo de produção do número atual da Terracota: a Revista do GECHINA, muitos acontecimentos que ocorreram em nosso horizonte passam a ter contornos mais fortes e sujeitos ao narrá-los aqui. Ou seja, dignos de nota os fatos que ocorreram simultaneamente em um sentido de ordem geopolítica, e de devir sobre os dois anos de publicação da revista. De maio de 2023 a maio de 2025 – isto é, há apenas dois anos – o GECHINA lançou e publica a Terracota como sua revista. Sendo composta por análises de seus membros e por diversos textos que repercutiam os resultados, planos e significado que havia da visita de Lula em seus primeiros meses de governo – naquele momento – à China.³ Nos últimos dias, de 10 a 14 de maio de 2025, Lula visitou novamente a China após passar pela

1 Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em História, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Membro do Grupo de Estudos Africanos e Asiáticos (GEAFRAS-UFPR). Membro e diretor acadêmico do Grupo de Estudos sobre China (GECHINA UnB) vinculado ao Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. Com experiência nas áreas de História Política Catarinense, Regimes Autoritários do Cone Sul, Esquerdas Revolucionárias, Modernidade do Leste-Asiático e afins. Email: lgabriellocks@gmail.com

2 Trecho de Tianwen 天问 (tradução livre), texto atribuído por Sima Qian (司马迁, i.e. ‘O Grande Historiador’: 145 AEC – 86 AEC) a 屈原 Qu Yuan (340 AEC – 278? AEC). Poeta da Corte de 楚 Chu, reino do período dos Estados Combatentes 战国时代. Figura semi mística reivindicada principalmente no Festival do Barco Dragão. Para daoistas distintos, é o Deus das Águas Imortais. Ver mais: CText. Disponível em: <https://ctext.org/data/wiki.pl?if=en&res=894522&remap=gb#wp_zh_%E3%80%8A%E5%A4%A9%E9%97%AE%E3%80%8B> Acesso em: 23 mai. 2025; III. Geography of the World (in.) WILLIAMS, N. M. Elegies of Chu, London: Oxford University Press, 2022; SUKHU, G. QŪ, Y. The songs of Chu: An anthology of ancient Chinese poetry by Qu Yuan and others. New York: Columbia University Press, 2017, p. 96-9; s. 38-46 (in.) FIELD, S. Tian wen: A Chinese book of origins. New York: New Directions Publishing Corporation, 1986.

3 A maioria dos artigos e ensaios do primeiro número versavam sobre a primeira viagem. Ex: MAIA, I. P. A visita de Lula à China e a nova ordem em gestação. 2023, p. 10-17; SAMPAIO, A. C. S. et. al. O Lula foi e o Brasil Voltou: A viagem de Lula à China e seus impactos na relação sino-brasileira. op. cit., p. 18-30. FERREIRA, C. Repercussão Internacional. op. cit., p. 30–37. LARANJEIRAS, M. L. S. Dilma Rousseff na presidência do Banco do BRICS e porque isso importa: uma análise das relações Brasil e China. op. cit., p. 38–44. VIANA, T. S. Um novo tempo da política externa brasileira para a China. op. cit., p. 46–49.

Rússia, para participar das comemorações dos 80 anos da Vitória na Segunda Guerra Mundial, em 9 de maio.

De fato, a viagem de Lula em 2023 mencionada nos textos do primeiro número da revista (maio de 2023), contabilizaram e foram repassados fatores-chave para aquela conjuntura em que a visita ocorreu. Hoje, em 2025, o valor simbólico e material da viagem equipara-se a dizer que, se superam; digo isso porque o ano de 2025 enfrenta tais adversidades no ramo internacional, talvez mais contraditórias que em 2023: Guerra comercial, tensão nas fronteiras indo-paquistanesas da Ásia Central, conflitos e situações agravadas em toda região levantina e na península Arábica, especialmente no Iêmen, Líbano e Palestina (Gaza e Cisjordânia), entre outros. O encontro de Xi com Lula, após o episódio de 2023, ocorreu logo depois do G20 no Brasil, em novembro de 2024, onde o mandatário da República Popular da China, 习近平 Xi Jinping, encontrou o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva em uma Visita de Estado. Xi e Lula, em decorrência, realizaram um encontro onde mais de 37 acordos e protocolos foram assinados. Notícias e registros de viagens de diversas delegações chinesas ao Brasil percorriam muito mais que regiões centrais do país, dito tradicionalmente, mas houve um encontro com destinos de delegações, encontros de viagens que percorreram outras áreas do Brasil. Tal fator é desvelado na análise recente do professor e consultor de relações China-Brasil, Milton Pomar, no qual diz que é preciso romper com a lógica de ‘continuismo’ no relacionamento bilateral e investir em laços profundos entre todos os entes federados e sociedade civil (2025).

Um relacionamento que se aprofunda culturalmente por essa via, enquanto, por outro lado, mais alunos brasileiros que dirigem, foram e são parte de projetos de cunho cultural e/ou educacional, i.e. o próprio GECHINA. No qual, as experiências e as oportunidades relacionadas ao nível de interação – entre as partes –, começam a se revelarem encorajadoras e prósperas. A ver à frente, o produto de textos críticos e profundamente reflexivos sobre o cenário internacional. Como também, no mês seguinte de julho, o GECHINA completará 5 anos de atividades. Na breve síntese deste momento, a fala do presidente Lula ao chegar à cerimônia principal da visita à China é marcante, e é pronunciada: mais de quinze mil quilômetros que nos separam, nunca estivemos tão próximos.

Com essa constatação se acresce uma prova de valer a escrita sobre essa revista. Os 50 anos de relações diplomáticas completadas no ano de 2024 também são provas históricas de relações muito prósperas. Fato contínuo, em comemoração ao cinquentenário de relações, a Terracota publicou sua primeira edição impressa,⁴ em colaboração com a Embaixada da China no Brasil e do Embaixador no Brasil (Laranjeiras, Lucena, vol. 2, n. 1, mai/2024, p. 07-15), 祝青桥 Zhu Qingqiao, que na oportunidade concedeu uma entrevista super importante e deixou uma passagem fundamental para o registro, e mais que oportuna aqui (2024, p. 11):

4 CORTEZ, A. R.; OLIVEIRA, O. H. A. C. 50 Anos das Relações Brasil-China: Uma Jornada de Cooperação e Desenvolvimento. Mai/2023, p. 16-30. SILVA, I. L. N. A Cultura Coletivista Da China Em Uma Perspectiva Histórica: Como O Coletivismo Auxilia A Compreender O Desenvolvimento Chinês. op. cit., p. 31–37. OLIVEIRA, P. V. F. A Segurança Energética da China na Cooperação com a Ásia Central. op. cit., p. 38–50. PALHARES, G. SILVA, T. A. Artes Chinesas, Mestres Brasileiros: Relações Brasil-China através do Kung Fu. op. cit., p. 51–70.

Grandes nações em desenvolvimento e importantes integrantes do "Sul Global", China e o Brasil enfrentam as missões comuns de modernização, desenvolvimento e revitalização nacional e compartilham a responsabilidade comum de manter a paz mundial em busca do desenvolvimento e estabilidade. O desenvolvimento da China e do Brasil oferece oportunidades mútuas. A ideia de construir uma comunidade com um futuro compartilhado tem muitos pontos convergentes com a tradição diplomática brasileira e com a visão de diplomacia do presidente Lula. Isso é de grande importância para elevar o nível de cooperação estratégica entre os dois países.

Esses são os contornos da história que permeiam esse número da revista. Além das conquistas que Brasil e China desempenharam, o projeto GECHINA completou mais de 2 anos na publicação de diferentes volumes da Terracota, além dos tradicionais encontros abertos e fechados para nossos membros; ademais, a partir deste número, a publicação passará a ter ISSN (*International Standard Serial Number*). Com a institucionalização como projeto de extensão no Departamento de Administração da FACE-UnB, em 2024, o número indexador também revela e contribui para a confiabilidade do processo de pensamento e produção das revistas vindouras. A colaboração criteriosa de nossos membros autores, editores, professores e colegas que produziram os textos de 2023, 2024 e 2025, tornou-se um marco na comunicação acadêmica e cultural de relações Brasil-China. Certamente, neste rol, a Terracota figure como inaugural na área por reunir esforços voluntários e espirituosos nessa área. Os mais de 2.000 leitores, o espírito colaborativo e a expressão de pensamentos sobre os textos elaborados nos contam dos objetivos e das metas para os quais a revista se desenhou, e o papel que ela cumpre atualmente.

Neste número de junho de 2025, em nosso volume 3 número 2, o texto de Barbara Morgado intitulado "O mito da identidade nacional: uma análise comparativa entre Os Lusíadas e Jornada ao Oeste" traz uma análise semiótica comparativa entre obras homônimas na tradição literária ocidental, em especial, da lusofonia e no espaço de experiência chinês. Já João Paulo Araújo Souto com seu artigo "Urbanização e diplomacia: a reaproximação entre China e Hong Kong a partir de Shenzhen", traça o caminho qual percorreu o desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais e da Região de Administração Especial da Hong Kong, a luz da Reforma e Abertura iniciada pelo mandatário chinês, 邓小平 Deng Xiaoping. Arthur Vidal Mendes com seu artigo "De Havana à Beijing: um panorama histórico das relações Cuba x China" traz à baila as idas e vindas do relacionamento bilateral dos dois países socialistas mais simbólicos, com isso consumando a parceria estratégica dos dois países no século XXI. Júlia Melo Rodrigues de Aguiar com seu texto acerca da "Diplomacia e Governança Digital chinesas" analisa o desenvolvimento das categorias de Diplomacia Digital (DD) e Diplomacia Pública (DP) como frutos de seus tempos de informatização e digitalização das relações, com seus questionamentos a luz da diplomacia tradicionalmente reconhecida. Por fim, o texto da professora-colaboradora do GECHINA-UnB e atual editora-chefe, Dra. Ana Cristina Balestro,

em co-autoria das professoras colombianas Dra. Tatiana Gélvez Rubio e Dra. Manuela Barrera Cubides, nos provoca uma reflexão das relações internacionais de um país crucial na América-Latina como a Colômbia. A posição estratégica colombiana, com portos em ambos oceanos (Pacífico e Atlântico), as distintas intervenções e ingerências norte-americanas na política, na diplomacia, na jurisprudência e no território colombiano fazem da referida análise um ponto crucial para as relações América-Latina-China. Não só, como mencionado há pouco, a mais recente viagem do mandatário brasileiro ocorreu às margens de um encontro importantíssimo nessa sanga, como do 4º Fórum China-CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, em que demais mandatários de nosso continente, como Gustavo Petro da Colômbia e Gabriel Boric do Chile, também estavam presentes.

Ao fim desse texto, juntamente da entrevista presente no último número especial, em comemoração ao mês da mulher (Silva, vol. 3, n. 1, mar/2025, p. 76-84), a Terracota: a Revista do GECHINA apresenta ao público nossa professora-colaboradora, Dra. Ana Cristina Balestro, como nova editora-chefe da revista.

A Equipe Editorial da Terracota: a Revista do GECHINA Unb deseja a todos e todas uma ótima leitura! 阅读愉快。

Referências

FIELD, S. **Tian wen: A Chinese book of origins**. New York: New Directions Publishing Corporation, 1986.

POMAR, Milton. **Falta investir de verdade na relação com a China**. 2025. Amanhã. Disponível em:<<https://amanha.com.br/categoria/sul-for-export/falta-investir-de-verdade-na-relacao-com-a-china>>. Acesso em: 23 maio 2025.

SUKHU, G. QU, Y. **The songs of Chu: An anthology of ancient Chinese poetry by Qu Yuan and others**. New York: Columbia University Press, 2017.

WILLIAMS, N. M. **Elegies of Chu**, London: Oxford University Press, 2022.

O mito da identidade nacional: uma análise comparativa entre *Os Lusíadas* e *Jornada ao Oeste*

Barbara Mascarenhas Morgado¹

INTRODUÇÃO

Lendas, mitos e fábulas estão presentes em todas as civilizações humanas. Apesar de cada população possuir suas particularidades, permitindo a sua delimitação e afirmação como unidade nacional, é possível observar um compartilhamento de temáticas, tais como a cosmogonia e os ensinamentos morais. Ao longo da história, narrativas literárias foram utilizadas como pilares no processo de construção de uma imagem e de uma coesão nacional. De modo que, ao investigá-las é possível vislumbrar formas de pensamento de épocas remotas e compreender melhor o processo de formação de sua identidade nacional, de sua herança cultural e de suas significações históricas.

A ficção como objeto de estudo não é uma investigação hermeneuticamente fechada em si mesma, visto que em todo enunciado, invariavelmente, há uma cadeia intertextual. Desse modo, através da análise literária é possível não apenas explorar a literariedade, como encontrar modelos de estudo de diferentes esferas de pesquisa. Segundo Durão (2015), os estudos literários são um campo aplicado, no qual as vertentes teóricas da literatura projetam modelos de conhecimento específicos obtidos a partir dos textos ficcionais. Isso pode ser observado em análises semióticas, nas quais é possível investigar na natureza dos signos determinado aspecto da sociedade. Por exemplo, sob o prisma do feminismo, os signos poderiam ser como um veículo de engessamento ou de subversões do gênero; já sob uma abordagem pós-colonialista, poderiam contemplar visões etnocêntricas ou com abertura para vozes marginalizadas (Durão, 2015, p.378).

¹ Graduanda em Letras Chinês na Universidade de São Paulo. Membro do GECHINA UnB. baimorgado@usp.br

OBJETIVO

Partindo dos pressupostos de que uma obra ao longo de décadas naturalmente assume diferentes significações e de que “O cerne da pesquisa em literatura acontece em torno da interpretação. [...] Não há uma receita ou fórmula, nada dado de antemão que assegure um ato interpretativo eficaz. Nesse sentido, qualquer metodologia em literatura conterà sempre algo de falho e insuficiente.” (Durão, 2015, p.382), o objetivo deste estudo foi desenvolver uma perspectiva sobre a influência de narrativas míticas tradicionais na estrutura textual de cânones nacionais através da comparação de obras de duas sociedades distantes, de um lado Portugal, uma cultura ocidental, e de outro a China, uma cultura oriental.

Foi realizada uma análise comparativa entre dois clássicos literários: *Os Lusíadas*, de Camões e *A Jornada ao Oeste*, atribuído ao poeta Wu Cheng'en. Respectivamente, foram utilizadas as edições: *Os Lusíadas*, com prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Instituto Camões, 4 ed., 2000 e *Monkey King: Journey to the West* de Yang Gene Luen, traduzido e com introdução e notas de Julia Lovell, Penguin Books, 2021. Para avaliar os pontos de interseção e de distanciamento entre as obras, foram observados elementos textuais como: a focalização e o tipo de narrador; o método de verossimilhança; a intertextualidade; e os efeitos dessas escolhas sobre o leitor..

DESENVOLVIMENTO

FOCALIZAÇÃO

Uma das funções da história é nos ensinar sobre o mundo, mostrando como ele funciona. Através da mudança de focalização, as narrativas nos permitem ver as coisas sob outros pontos de vista e entender as motivações dos outros que são opacas para nós (Culler, 1999, p. 92). Deste modo, uma história contada pelo ponto de vista limitado de um único protagonista pode realçar a imprevisibilidade dos eventos, enquanto o relato de diferentes narradores revela um panorama mais abrangente e complexo para o leitor. O encaixe de **histórias dentro de histórias** — ou seja, a narração de uma narração — é um recurso que chama a atenção para este acontecimento.

Os Lusíadas apresenta uma alternância de narradores: o narrador épico, Vasco da Gama e o próprio Camões, que permite expor contradições e reflexões sobre a história de Portugal (Maffei, 2014, p. 137). Essa polifonia pode ser observada no canto VI (Camões, 2000, s.p.), no episódio da tempestade, no qual Baco convence Netuno, deus dos mares, a atacar os portugueses que estão desbravando a rota para a Índia. Depois do concílio dos deuses, o foco

narrativo retorna para os humanos que estão alheios ao perigo iminente e ouvem Veloso, um tripulante, narrar uma história (“Os 12 da Inglaterra”). Essa suspensão narrativa oferece ao leitor um conhecimento do futuro próximo que as personagens ignoram, enfatizando, assim, a vulnerabilidade dos viajantes e as diferentes perspectivas textuais.

Paralelamente, a obra chinesa *Jornada ao Oeste*, clássico da ficção chinesa, também narra uma viagem épica à Índia. Relata as desventuras do monge chinês Xuan Zang em busca de escrituras budistas sagradas. Também há a intervenção divina, na qual o protagonista é atacado por monstros (de forma similar à perseguição de Baco) e recebe ajuda de entidades, como o Rei Macaco (Sun Wukong), que está tentando conquistar sua redenção diante de Buda, e da deusa Guanyin. Esta, conhecida como a deusa da misericórdia, e seu discípulo Hui’an, filho de um general celestial, se oferecem para a tarefa de encontrar a pessoa ideal para cumprir a missão de levar à China as escrituras budistas.

No capítulo 12, alguns humanos questionam a adoção do budismo, uma religião estrangeira. Para combater isso, o imperador Taizong resolve, então, organizar um evento para promover o budismo. A melhor pessoa a liderar essa campanha é o virtuoso monge Xuan Zang. Portanto, Taizong vai visitá-lo em seu templo, onde é recebido com muitas festividades. Neste momento, há uma suspensão narrativa, e a história passa a ser narrada pelo ponto de vista da deusa Guanyin e de seu discípulo, que já preveem que Xuan Zang será a pessoa destinada a buscar as escrituras. A dupla parte para o mundo humano, disfarçada na figura de dois monges. Quando confrontados pelo imperador, que questiona seu propósito e suas identidades, eles revelam suas formas verdadeiras.

Em um trecho deste capítulo: “Voltemos agora para Guanyin, ainda em Chang’an procurando por um peregrino para as escrituras.” (YANG, 2021, s.p., tradução nossa)², há um narrador onisciente dirigindo-se diretamente ao leitor. Já em outro trecho: “‘Você é capaz de recitar alguma coisa disto de memória?’ Guanyin e Hui’an então se levantaram e assumiram suas verdadeiras formas, pairando beatificamente acima da multidão em nuvens auspiciosas.” (Yang, 2021, s.p., tradução nossa)³, é possível observar momentos de diálogos onde há a mudança para outro tipo de narrador personagem em primeira pessoa. Assim, pode-se constatar que na obra chinesa também ocorrem mudanças de focalização entre os planos discursivos e alternância de narradores.

2 “Let’s return now to Guanyin, still in Chang’an looking for a scripture pilgrim.” (Yang, 2021, s.p.). Chang’an é o nome de uma antiga capital da China, hoje conhecida como Xi’an.

3 “Can you recite any of it from memory? Guanyin and Hui’an now rose up, took their actual forms, and hovered beatifically above the crowd on auspicious clouds.” (Yang, 2021, s.p.).

VEROSSIMILHANÇA

Os Lusíadas é uma obra heterogênea, cujo primeiro plano gira em torno da viagem de Vasco da Gama à Índia, mas que é atravessada por narrativas paralelas, como descrições de aspectos geográficos, relatos típicos das navegações, histórias de reis e de heróis de Portugal e a **comédia dos deuses**. Nesta há uma ação própria simultânea à ação humana, em que as intrigas entre Baco e Vênus resultam, respectivamente, nos percalços e nos auxílios da viagem de Gama.

Segundo Saraiva (1996, p. 105): “Se não fosse a comédia dos deuses, o poema não seria mais que uma miscelânea de assuntos variados: geográficos, históricos, cavalheirescos, líricos, etc.”. Destarte, o recurso da comédia dos deuses seria responsável pela unidade dramática da obra de Camões. Macedo (2010, p.43), também propõe que esse uso da mitologia foi uma das formas encontradas para manter a coesão literária e a verossimilhança de seu relato histórico.

Outro tópico presente na obra que reforça uma “hierarquia” divina sobre a humana é a passividade de Gama, o “herói”. Diante de obstáculos como a tempestade enviada por Netuno, ele recorre à ajuda divina. No entanto, é a deusa Vênus que, ao longo da história, salva e guia anonimamente o protagonista. Os efeitos das ações dos deuses são interpretados como fenômenos naturais ou intervenções do Deus cristão para preservar a verossimilhança. Além disso, Camões altera o relato histórico da viagem ao deslocar a tempestade para o momento iminente da chegada à Índia (Saraiva, 1996, p.102). Assim, a veracidade histórica é deformada em nome da fidelidade literária — um artifício para atrair/prender o leitor e gerar interesse poético.

Por outro lado, na cultura chinesa, Guanyin é conhecida como a Deusa da Misericórdia, de modo semelhante à Virgem Maria da religião católica, uma intercessora dos humanos, que os guia para a salvação religiosa (PHAM, 2021, s.p.). Ao encontrar Xuan Zang, Guanyin submete três criaturas míticas (incluindo o Rei Macaco) para acompanhá-lo e protegê-lo ao longo de sua jornada. Portanto, é possível correlacionar o seu papel com o de Vênus, já que assim como esta — que na comédia divina de *Os Lusíadas*, é uma condutora facilitadora do enredo, capaz de convencer outras divindades em prol do protagonista humano — em *Jornada ao Oeste*, Guanyin cria um elo entre os planos divino e humano, proporcionando o desenvolvimento da trama.

A obra chinesa compartilha várias particularidades com *Os Lusíadas*: são contemporâneas e produzidas durante uma fase de prosperidade nacional⁴; ambas tratam

⁴ Ambas as obras foram produzidas entre 1570 e 1580, quando Portugal era a maior potência marítima mundial, e a China encontrava-se na dinastia Ming, período de grande expansão populacional, prosperidade econômica, intercâmbio e florescimento cultural (YANG, 2021, s.p.).

de heróis factuais em jornadas épicas, buscando tesouros na Índia para sua pátria; e ambas recorrem à mitologia para narrar sua jornada. Contudo, enquanto a obra chinesa não distingue os planos mitológico e humano (por exemplo, no trecho mencionado acima, relativo ao capítulo 12, as divindades conversam e revelam sua identidade aos humanos), Camões as delimita. São poucas as passagens em que os humanos interagem com os deuses e quando isso ocorre, eles são explicitamente tratados como artifícios literários para manter a verossimilhança.

INTERTEXTUALIDADE: A CRIAÇÃO DO HERÓI NACIONAL

A intertextualidade ocorre quando no interior de um texto é retomado outro texto anteriormente produzido e reconhecido pela memória social de uma coletividade (Koch, 2015, p.143). As duas obras claramente exibem esta estratégia na elaboração textual, ao recorrer às narrativas tradicionais. No caso de *Os Lusíadas*, através da mitologia grega, e no caso de *Jornada ao Oeste*, através das lendas e das divindades budistas. Destarte, o pressuposto da familiaridade com o contexto histórico e religioso é relevante para a compreensão das duas histórias.

Em *Os Lusíadas*, Oliveira (1998, p. 43) chama a atenção sobre a unidade narrativa repousar numa postura ideológica portuguesa, que relaciona a fé e o império. Portugal teria nascido para uma missão civilizatória contra os mouros, de modo que a própria história do país poderia ser considerada uma guerra santa. O império e a fé estariam entrelaçados, justificando os conflitos e os perigos das grandes navegações. Portanto, o serviço ao rei e o serviço ao Deus cristão eram vistos como uma mesma missão.

Essa união do império e da fé teria permitido a construção de um herói coletivo, de modo que cada português promoveria o cristianismo, ou seja, o império português. Essa sobreposição também parece ocorrer em *Jornada ao Oeste*, visto que o monge budista, durante sua peregrinação, detém a autoridade divina e imperial para eliminar os monstros/povos que obstruem sua missão e não seguem sua religião ou seu imperador.

Assim, em ambas as obras, o mito seria uma ferramenta para exaltação patriótica. Maffei (2014, p. 134) defende que, diferente dos fatos e personagens históricos que estão engessados pela historiografia, o uso de seres mitológicos permitiu uma liberdade artística a Camões, tanto para criar sua própria versão do evento, quanto para expressar suas críticas. Seus versos dialogam diretamente com as epopeias homéricas, mas, ao mesmo tempo, evidenciam seu afastamento. A aproximação do modelo clássico criou o efeito de dignificar sua obra e também o de realçar uma divisão entre o mundo divino (imaginário) e o mundo humano. Quanto a esse aspecto, a obra chinesa diverge da portuguesa, pois não há uma separação e sim uma aproximação dos planos discursivos, de modo que esta parece ser uma alegoria religiosa da condição humana.

Essa divergência também pode ser explicada pelo fato de a origem do pensamento chinês tender a um sincretismo, diferentemente do português, que teoriza à maneira grega uma linearidade ou uma dialética. Segundo Anne Cheng (2008, p. 32):

“A linguagem na China antiga, por conseguinte, não vale tanto por sua capacidade descritiva e analítica quanto por sua instrumentalidade. Se o pensamento chinês não sente nunca a necessidade de explicitar nem a questão, nem o sujeito, nem o objeto, é porque não está preocupado em descobrir uma verdade qualquer de ordem teórica. Talvez se deva relacionar isso com uma escrita toda particular, [...]. De origem divinatória, ela é possuidora de poderes mágicos associados, de forma mais geral, a todo sinal visível.”

Assim, diferentemente dos ocidentais cujo distanciamento crítico constitutivo tanto do sujeito como do objeto é utilizado para ordenar e para compreender o mundo; o pensamento chinês estaria imerso na realidade, não haveria necessidade de diferenciar o plano humano do plano divino. Portanto, o fato dos deuses circulararem e interagirem com os humanos não seria considerado um problema tampouco algo inverossímil na narrativa chinesa.

Da mesma forma que Camões explora o universo mitológico grego sem deixar de lado a religião católica, na obra chinesa também há uma intersecção de culturas observada em elementos do budismo, do taoísmo e do folclore popular. Luo (2011, s.p.) defende que durante a formação da literatura chinesa, as singularidades literárias de cada etnia foram um reflexo de seus aspectos culturais — tais como o relevo e o clima até as tradições orais, os sistemas administrativos e os políticos.

Além disso, a visão de mundo e as ideologias contidas numa obra podem ser observadas através da relação entre o foco narrativo e o autor implícito (Leite, 2001, p. 20). Quando o narrador é enunciado, ou mesmo pelo próprio ato de enunciação, ele é transformado num ser ficcional, um “fantoche” do autor implícito onisciente. Deste modo, Gama deve ser entendido como uma **personagem literária** criada para veicular a narrativa histórica de Camões (Macedo, 2010, p. 43). Em *Os Lusíadas*, a disposição de divindades fabulosas e figuras históricas seria uma maneira de equiparar sua significância por meio do texto poético autorreferencial. Isto ocorre de maneira similar em *Jornada ao Oeste*; visto que “Xuan Zang” também representava os princípios com os quais o império chinês se identificava e ainda lutava lado a lado com seres celestiais contra os vilões.

CONCLUSÃO

A partir dessa breve análise foi possível observar a importância da contextualização histórica e sociocultural para a compreensão do desenvolvimento literário, bem como a preponderância das narrativas tradicionais na construção da identidade nacional de cada sociedade. Mesmo sendo duas culturas aparentemente distantes, existem pontos de interseção em seus métodos narrativos que revelam uma preocupação em inserir elementos míticos do passado nos seus discursos de soberania.

Em relação ao recurso de focalização, ambas as obras apresentam uma polifonia demonstrada pelo uso de diferentes tipos de narradores. Já em relação à verossimilhança, cada obra adotou um método distinto. Enquanto em *Os Lusíadas* há um afastamento e delimitação do plano divino; o mesmo não ocorre na obra chinesa que integra os dois planos. A princípio, isso poderia causar estranhamento ao leitor, mas a verossimilhança poderia ser justificada pela diferença de interpretação do pensamento chinês em relação ao do ocidental, ou ainda como uma forma alegórica. Por fim, foi analisado como impacto da intertextualidade de narrativas religiosas em ambos os textos contribui para a criação das personagens heroicas dentro de seus contextos sociais e históricos.

Se as características da literatura estão relacionadas às características culturais, talvez a estratégia narrativa de mesclar diferentes mitologias ou religiões seja uma característica universal das civilizações humanas. Assim como o recurso da mudança de focalização e de diferentes narradores seriam tentativas do autor de espelhar nossa própria complexidade, esse tipo de construção literária também seria uma forma de buscar explicar um mundo diverso — mas que tem em comum princípios elementares, como a exaltação da pátria justificada pela vontade divina. A identidade nacional não seria um estado estático, mas um discurso construído a partir do diálogo entre o passado, o presente e o futuro.

REFERÊNCIAS

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Instituto Camões, 4 ed., 2000, Canto VI, pp.258-299.

CHENG, Anne. *História do pensamento chinês*. Tradução de Gentil Avelino Titton. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2008.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária, uma introdução*. Tradução Sandra Vasconcellos. Beca Produções Culturais Ltda. São Paulo, 1999.

DURÃO, Fabio Akcelrud. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários.

Delta 31 (esp), ago 2015, p.377-390. <https://doi.org/10.1590/0102-445014919759499939>

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual, trajetória e grandes temas. A intertextualidade** (p.143-151) Editora Contexto, 2015.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)**. Série Princípios, Ed. Ática, São Paulo, 10 ed, 2001.

LUO, Yuming. *A Concise History of Chinese Literature. Translated with Annotations and Introduction* by Ye Yang, *Brill's Humanities in China Library*, Leiden, Boston, 2011.

MACEDO, Helder. Luís de Camões então e agora, outra, **Travessia: Dossiê Helder Macedo, Dossiê Outra Travessia**, Florianópolis, SC, n. 10, 2010.

MAFFEI, L. Ler Camões com Eduardo Lourenço ou Camões no futuro com Paulo da Gama. **Revista Letras**, Editora UFPR, Curitiba, n. 90, pp. 131-148, 2014.

OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. Relações entre literatura e história em Os Lusíadas. **Veredas**, Porto, v. 1, dez 1998, pp. 35-48.

PHAM, Kevin D. *Compassion, Mercy, and Love: Guanyin and the Virgin Mary, How two independent cultures feudal Europe and imperial China depicted divine figures with incredible visual similarities. The Metmuseum*. Publicado em 7 mai 2021. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/perspectives/articles/2021/5/virginmaryguanyin#:~:text=Guanyin%20is%20the%20Chinese%20translation,for%20Buddhist%20faithful%20to%20follow.>> Acesso em: 19 abr 2023, 06:45h.

SARAIVA, Antônio José. Para a história da cultura de Portugal. **Gradiva**, Lisboa, v. 1, 1996.

YANG, Gene Luen. *Monkey King, Journey to the West. Translated with an Introduction and notes by* Julia Lovell. Penguin Books, 2021.

Diplomacia e Governança Digital chinesas

Júlia Melo Rodrigues de Aguiar¹

INTRODUÇÃO

O aumento da importância e da proliferação das tecnologias digitais e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) criou uma rede de grandes fluxos de informações que não são mais restritos por espaço, tempo ou fronteiras nacionais. Essas novas dinâmicas de comunicação têm permitido a circulação de dados em uma velocidade sem precedentes, o que, por sua vez, modificou a maneira como os Estados interagem e se posicionam no cenário global. No entanto, essa nova realidade trouxe desafios significativos para as formas de atuação diplomáticas tradicionais, que estavam baseadas em canais formais e interações entre governos e representantes oficiais (Manor, 2019).

Com a transnacionalização da informação, as fronteiras físicas e ideológicas foram diluídas, exigindo que a diplomacia se adaptasse a esse novo contexto. É nesse cenário de rápida mudança que surge a Diplomacia Digital (DD), uma resposta às demandas da nova era tecnológica, que busca integrar as ferramentas digitais às práticas diplomáticas.

Embora ainda não haja uma definição consensual sobre o que exatamente constitui a DD, ela pode ser entendida, de forma mais ampla, como o uso estratégico de plataformas e ferramentas digitais para participar ativamente das atividades diplomáticas e alcançar objetivos de política externa. Ao contrário da diplomacia tradicional, que se concentrava principalmente na interação com governos e cidadãos estrangeiros, a DD se distingue por abranger um público muito mais amplo (Gilboa, 2016). A ascensão das redes sociais e a disseminação de informações em tempo real têm permitido que Estados e líderes políticos se comuniquem diretamente com cidadãos ao redor do mundo, influenciando não apenas a opinião pública externa, mas também a interna, tornando a diplomacia mais multifacetada e imediata.

Dentro desse cenário global de transformações digitais, a China se insere como uma potência global com uma presença digital crescente e estratégica. O país tem utilizado suas

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Membro do GECHINA UnB e do Grupo de Trabalho em Estratégia, Dados e Soberania do GEPSI UnB. Faz Iniciação Científica em Soberania e Governança Digital. E-mail: jumeroag@gmail.com.

plataformas digitais, como parte de sua Diplomacia Pública (DP), para promover sua visão do mundo e defender seus interesses no exterior. A diferenciação do modelo chinês está também no fato de que o país desenvolve suas próprias plataformas de mídia digital e redes sociais. Este aspecto singular da diplomacia digital chinesa é crucial para entender sua projeção internacional, pois ao contrário de outros países, que dependem amplamente de plataformas ocidentais, a China possui um ecossistema digital fechado que possibilita um controle mais direto sobre suas atividades de *soft power* e influência (Da Fonseca, 2023). Além disso, a presença digital chinesa reflete sua busca por modelar a governança digital global de acordo com seus interesses e valores.

Como o avanço contínuo das TICs e a crescente digitalização das interações internacionais, a tendência é que a DD continue a evoluir, tornando-se cada vez mais central na formulação e na execução das políticas externas das nações. A interdependência tecnológica e as rápidas mudanças nas formas de comunicação indicam que os países precisarão integrar cada vez mais a DD em sua estratégia diplomática, não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um eixo fundamental para atingir seus objetivos globais. Portanto, este ensaio propõe uma breve análise sobre como a China realiza sua DP na internet e explora como o país molda e influencia a governança digital global.

DIPLOMACIA PÚBLICA EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Diplomacia Pública se refere à comunicação diplomática entre entidades políticas e a população, geralmente de países estrangeiros, podendo incluir também o público doméstico, segundo Huijgh (2016). Com o advento das novas tecnologias de comunicação, especialmente a internet e as redes sociais, surgiram novas dinâmicas que ampliaram o alcance e a complexidade da DP. Atualmente, discute-se sobre uma “nova” DP, que, entre outras questões, questiona como as novas tecnologias e plataformas digitais têm deixado menos claras as distinções entre as esferas nacional e internacional (Cull, 2009). A interatividade proporcionada pelas redes sociais, por exemplo, permite uma comunicação mais direta e em tempo real entre governos e cidadãos ao redor do mundo, o que difunde a DP além das fronteiras tradicionais dos Estados-nação e transforma a diplomacia em um processo mais fluido e multidirecional.

As mídias sociais desempenham um papel central nessa “nova” DP na esfera nacional chinesa por meio da DD. Segundo Zhang e Ma (2022), plataformas de nível nacional são responsáveis pela gestão de notícias e comunicação estratégica, com foco em influenciar a opinião pública, enquanto as plataformas provinciais e municipais desempenham um papel mais voltado à construção de relações. Ademais, pode-se observar que a DD bem-sucedida envolve não apenas a construção de uma imagem positiva, mas também o trabalho local, o

compromisso com a independência, o foco na reciprocidade e a conscientização sobre o posicionamento.

Já na esfera internacional destaca-se o uso de plataformas ocidentais para se comunicar com a audiência estrangeira. Um exemplo interessante é que durante a pandemia de COVID-19, diplomatas chineses recorreram ao Twitter, renomeado recentemente como X, para divulgar a assistência internacional oferecida pela China e responder a críticas sobre a gestão da crise sanitária. Além disso, as redes sociais têm sido amplamente empregadas para promover iniciativas estratégicas como a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), enfatizando investimentos e parcerias internacionais (Palit, 2024).

A diplomacia digital chinesa reflete as transformações mais amplas da DP na era das novas tecnologias. A China utiliza suas próprias plataformas digitais para influenciar sua audiência doméstica, enquanto recorre a redes sociais ocidentais para atingir públicos internacionais, reforçando sua posição global. Ademais, a hierarquia de atuação da diplomacia digital chinesa evidencia um equilíbrio entre comunicação estratégica e construção de relacionamentos, demonstrando que o país busca adaptar suas estratégias de influência de acordo com diferentes contextos e necessidades. Dessa forma, a diplomacia digital se consolida como um elemento central da política externa chinesa, tornando-se um campo dinâmico e em constante evolução.

INFLUÊNCIA NA GOVERNANÇA DIGITAL

A visão da China sobre a governança da internet e sua influência no cenário internacional refletem uma abordagem que valoriza a soberania cibernética, a cooperação multilateral e o desenvolvimento equitativo das tecnologias digitais. O governo chinês atribui grande importância à diplomacia digital e à governança internacional no ciberespaço, enfatizando a necessidade de todos os países se engajarem em intercâmbios e cooperação, com base na igualdade e no benefício mútuo. Esse envolvimento conjunto visa garantir a segurança global da internet e promover um desenvolvimento saudável e ordenado da rede mundial (Huang, 2024).

Desde 2009, a China tem mostrado seu compromisso com a cooperação internacional em cibersegurança, destacando-se com a assinatura do Acordo sobre Cooperação para Garantir a Segurança da Informação Internacional com os membros da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Mais tarde, em 2017, o país lançou a Estratégia Internacional de Cooperação no Ciberespaço, delineando um plano abrangente para promover o desenvolvimento pacífico e a cooperação mutuamente benéfica, visando construir uma comunidade de futuro compartilhado no ciberespaço. Essa estratégia reflete o desejo da China de estabelecer uma

ordem baseada em regras na governança global da internet, ainda em um estágio inicial de desenvolvimento e sem uma organização internacional especializada ou convenção universal que regule questões cibernéticas (Ibid., 2024).

Uma abordagem da China para a reforma do sistema global de governança da internet foi apresentada por Xi Jinping em seu discurso na cerimônia de abertura da Segunda Conferência Mundial da Internet, em 2015. O líder chinês propôs Quatro Princípios que incluem o respeito à soberania cibernética, a manutenção da paz e segurança, a promoção da cooperação aberta e a construção de regras equilibradas para a internet. Além disso, ele apresentou Cinco Propostas que abordam os temas da aceleração da construção da infraestrutura global da internet e promoção da interconectividade, construção de uma plataforma online para intercâmbio cultural e aprendizado mútuo, viabilização do desenvolvimento inovador da economia cibernética para a prosperidade comum, manutenção da segurança cibernética e do desenvolvimento ordenado, além da criação de um sistema de governança da Internet para promover a equidade e a justiça.

É notório que a China, ao lado da Rússia e de muitos países em desenvolvimento, defende o princípio da soberania cibernética, sustentando que a liberdade na internet não deve ser absoluta e que as nações têm o direito de formular suas próprias políticas públicas e leis relacionadas à internet, respeitando as condições nacionais e garantindo a segurança cibernética. Para a China, o ciberespaço não é apenas um espaço técnico, mas também um espaço social com relações complexas e significados políticos e econômicos, onde os governos desempenham um papel central na proteção da soberania e dos direitos dos cidadãos (Huang, 2024).

O país também tem se envolvido em negociações internacionais, como na Conferência Internacional de Telecomunicações de 2012, onde, junto com outros agentes, procurou ampliar a voz dos países em desenvolvimento na governança da internet. A assinatura de novas regulamentações no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT) foi um reflexo das tensões globais sobre o controle e a regulação da internet, com países ocidentais resistindo à participação da UIT na governança cibernética (Ibid., 2024).

Nesse sentido, a resistência ocidental à expansão da UIT no controle da governança da internet tem raízes em questões mais amplas sobre a soberania cibernética e o papel dos Estados Unidos, que historicamente lideraram o desenvolvimento da internet e continuam a exercer uma influência significativa sobre ela. Desde 2005, organismos internacionais, como o Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet da UIT, têm pressionado para que a supervisão da internet seja transferida para esferas mais internacionais, com a recomendação de que os Estados Unidos abandonem a gestão do sistema, substituindo-a por um órgão das Nações Unidas. Assim, a disputa sobre o controle da governança da internet tornou-

se um ponto central de discórdia, com países como a China e a Rússia buscando desafiar a hegemonia dos EUA. O surgimento dessas tensões evidenciou a internet como um campo de batalha geopolítico, com as grandes potências disputando a definição das normas globais para o ciberespaço (O'hara e Hall, 2021).

A China tem se mostrado cada vez mais ativa em organismos internacionais, como a UIT, onde tem pressionado por padrões tecnológicos alternativos que favoreçam a micromanipulação governamental da internet, ou seja, um controle minucioso e centralizado das atividades digitais por parte do governo. Ao assumir a liderança na UIT em 2015, o país intensificou seus esforços para influenciar a governança da internet, incluindo a criação de um grupo de estudos sobre a Internet das Coisas (IoT), com o objetivo de expandir a influência da UIT em questões relacionadas ao Protocolo da Internet (IP). Nesse contexto, a proposta de implementação do *Digital Object Architecture* (DOA) é um exemplo claro de como a China busca reposicionar tecnologias para atender às suas prioridades de segurança cibernética e soberania digital, propondo um sistema que, em última instância, visa conferir maior controle sobre a circulação de informações no ciberespaço. Esses movimentos refletem a ambição da China de se tornar uma "superpotência cibernética", como declarado pelo presidente Xi Jinping, com a internet sendo vista como um "lar espiritual comum" para milhões de pessoas (Ibid., 2021).

Para mais, a China tem promovido parcerias com países em desenvolvimento, especialmente ao longo da ICR, no fortalecimento da infraestrutura cibernética, economia digital e cibersegurança. Essa colaboração busca criar uma "Rota da Seda Digital" (RSD), aprofundando a influência da China na governança global da internet, ao mesmo tempo que promove um modelo mais inclusivo e equilibrado de gestão digital. Em suma, o país defende uma governança cibernética global onde múltiplos atores, incluindo governos, organizações internacionais e empresas privadas, desempenham papéis ativos e complementares, sendo a soberania cibernética e a justiça um dos pilares dessa estratégia (Huang, 2024).

A RSD, embora seja vista como parte integrante da ICR, vai além de um projeto de infraestrutura. Ela reflete a ambição da China de se estabelecer como líder global em tecnologia e inovação digital. Ao construir e oferecer ecossistemas digitais para os países envolvidos na ICR, ela visa não apenas melhorar a conectividade, mas também garantir que esses países façam parte de um sistema digital global que seja mais alinhado aos seus interesses e normas. Impulsionada pela crescente globalização das empresas de telecomunicações e comércio digital chinesas, a RSD se consolidou como um pilar estratégico da nova economia digital, colocando a China no centro de uma revolução tecnológica global (Da Fonseca, 2023).

Assim, a China tem se consolidado como uma das principais forças na governança global da internet, promovendo uma abordagem que busca equilibrar a soberania cibernética

com a cooperação multilateral. Com uma visão voltada para a construção de um ambiente cibernético seguro e ordenado, o país vem gradualmente estabelecendo novas normas e padrões para o ciberespaço, refletindo suas ambições geopolíticas e sua estratégia de poder digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a DD chinesa representa uma adaptação estratégica da China às novas dinâmicas globais, impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela crescente interdependência no ciberespaço. Através de sua abordagem robusta e multifacetada, o país não apenas tem projetado sua presença digital em plataformas internas e externas, mas também tem promovido um modelo de governança digital que reflete seus valores e interesses políticos. A ênfase na soberania cibernética, junto com sua promoção da cooperação multilateral, evidencia a preocupação da China em proteger suas políticas internas enquanto busca influenciar e moldar a governança digital global.

Em relação à atuação em organismos internacionais, fica claro que o país tem se posicionado de maneira estratégica, buscando expandir sua influência. A China tem se mostrado ativa em organismos como a UIT, onde pressionou por padrões tecnológicos que favorecem seu controle sobre o ciberespaço, ao mesmo tempo que defende a soberania cibernética e uma governança mais inclusiva e equilibrada. Além disso, iniciativas como a proposta do DOA e o fortalecimento da infraestrutura digital ao longo da RSD refletem a ambição da China de moldar as normas e os padrões globais do ciberespaço, consolidando-se como uma potência cibernética de relevância crescente.

Por fim, a resistência ocidental à expansão da China na governança da internet revela um campo de disputa estratégica sobre o controle da rede mundial. Ao desafiar a hegemonia dos Estados Unidos e propor alternativas ao sistema de governança cibernética liderado pelo Ocidente, a China coloca em prática uma visão de internet mais centrada nos interesses de países não ocidentais e, em particular, no princípio da soberania cibernética. Com a DD consolidada como um vetor essencial de sua política externa, a China se posiciona como um defensor de um novo modelo de governança digital, que, embora promova a cooperação, também reflete sua própria agenda geopolítica.

REFERÊNCIAS

- CULL, Nicholas J. **Public Diplomacy: Lessons from the Past**. [S. l.]: Figueroa Press, 2009.
- DA FONSECA, Márcia Viviana Sousa. **Diplomacia Digital: A nova estratégia de influência chinesa entre 2013 e 2021**. Orientador: Professora Doutora Maria João Militão Ferreira. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Lisboa, [S. l.], 2023.
- GILBOA, Eytan. Digital diplomacy. In: CONSTANTINO, Costas M.; KERR, Pauline; SHARP, Paul (ed.). **The SAGE Handbook of Diplomacy**. [S. l.: s. n.], 2016. cap. 44, p. 540-551.
- HUANG, Huikang. “Digital Diplomacy” in Cyberspace Governance. In: HUANG, Huikang. **China’s Diplomacy and International Law**. Singapura: Springer, 2024. cap. 3, p. 269-310.
- HUIJGH, Ellen. Public Diplomacy. In: CONSTANTINO, Costas M.; KERR, Pauline; SHARP, Paul (ed.). **The SAGE Handbook of Diplomacy**. [S. l.: s. n.], 2016. cap. 35, p. 437-450.
- JINPING, Xi. Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People’s Republic of China At the Opening Ceremony of the Second World Internet Conference. **Ministry of Foreign Affairs The People’s Republic of China**, [S. l.], 16 dez. 2015. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11341037.html. Acesso em: 29 mar. 2025.
- MANOR, Ilan. Public Diplomacy and the Digital Society. In: **The Digitalization of Public Diplomacy**. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2019. cap. 2, p. 29-64.
- O’HARA, Kieron; HALL, Wendy. **Four Internets: Data, Geopolitics, and the Governance of Cyberspace**. Estados Unidos: Oxford University Press, 2021. 360 p.
- PALIT, Parama Sinha. Public Diplomacy Through Social Media: The Chinese Way. **China Currents: A Journal of the China Research Center**, [s. l.], v. 23, n. 1, 2024.
- ZHANG, Xiaoling; MA, Yiben. China’s Emerging Digital Diplomacy Strategies. In: ZHANG, Xiaoling; SCHULTZ, Corey. **China's International Communication and Relationship Building**. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2022. cap. 3, p. 31-46.

Urbanização e diplomacia: a reaproximação entre China e Hong Kong a partir de Shenzhen

João Paulo Araújo Souto¹

O Século da Humilhação² representa um período crítico da história chinesa. Esse ciclo se inicia com a primeira guerra do Ópio (1839-1842), sob a dinastia Qing (1644-1912), quando a China é derrotada pelas potências ocidentais e, logo, é obrigada a abrir sua economia para o comércio europeu sob condições desfavoráveis. Entre 1840 e 1911, os monarcas firmaram mais de 700 acordos e tratados com países estrangeiros, entregando o sistema financeiro e industrial da China (Han, 1995, p.108-109).

Em meio a esses acordos, estava o reconhecimento de direitos “extraterritoriais”, Assim, os civis estrangeiros na China estariam submetidos à jurisdição do seu país de origem e não à chinesa (Pinent, 2015, p.91). Somado a isso, o Império Qing também assina o Tratado de Nanking em 1842, cedendo espaços de concessões que funcionaram como enclaves territoriais para a ocupação exclusiva de estrangeiros na China. Em sua grande maioria, os espaços de concessão foram dados em bairros nas maiores cidades portuárias chinesas, que tinham relevância para a economia marítima internacional, como em Shanghai, Guangzhou, Xiamen, Ningbo e Fuzhou (Wu, 2015, p.24-26).

Essas cidades invadidas passaram por um rápido processo de industrialização orientado às demandas do capital estrangeiro (Nogueira, 2019, p.05). Ainda que a população vivendo sob as concessões fosse uma minoria, os estrangeiros influenciaram as políticas de zoneamento e de construção das cidades chinesas (Fraser, 1939, p.04-06; Wu, 2015, p.07). Além das zonas de concessão urbanas, os ingleses conseguiram um acordo de concessão sob a administração da ilha de Hong Kong por 99 anos, em 1898. Na época, a ilha era pouco povoada e sem nenhuma relevância econômica para a China, mas era um ponto estratégico que poderia aumentar a influência inglesa nas rotas comerciais do leste asiático. A partir deste momento, Hong Kong caminharia para um modelo de desenvolvimento próprio e divergente da China continental.

1 Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduando em Design Paramétrico em Arquitetura pela PUC-Minas. Membro e Diretor Acadêmico do GECHINA. email: joaopaulosouto@outlook.com

2 O século da Humilhação (1839-1940) é um termo usado por estudiosos e políticos chineses para delimitar o período histórico onde a China sofreu com a influência da ingerência estrangeira, vício generalizado do ópio e um estado de caos político e social. Esse período foi de intensas transformações políticas e culturais na sociedade chinesa, graças à influência ocidental sob as dinâmicas culturais e econômicas do país.

Os eventos históricos que se sucederam na China ao longo do século XX ampliaram o contraste socioeconômico com a Ilha. Isso se deve ao fato que o Império chinês foi atravessado por rebeliões e amargas derrotas na segunda guerra do Ópio (1856-1860) e na primeira guerra sino-japonesa (1894-1895). Além disso, também enfrentou uma profunda crise política interna, resultando na Revolução Xinhai (1911) e, conseqüentemente, na queda da última dinastia imperial. A China só se fortaleceu e se unificou novamente com a revolução socialista de 1949 liderada por Mao Zedong. Já sua economia vingou apenas no final do século XX, com a agenda de abertura econômica de Deng Xiaoping. Enquanto isso, Hong Kong prosperava com o fortalecimento das rotas marítimas do leste asiático e da formação das escalas de produção regionais.

No entanto, com o fim do tempo de concessão previsto do acordo realizado com os ingleses, Hong Kong retornaria para o controle da China no final do Século XX. Como estratégia, o Estado planejou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) no limite dos territórios “rebeldes” para induzir uma integração territorial por meio da cooperação econômica. Sob esse cenário, este trabalho visa analisar, a partir de revisão bibliográfica e análise histórica, como se deu o processo de unificação territorial e econômica de Hong Kong com a China. Busca-se entender: (a) como a urbanização das ZEEs ajudou a equilibrar as divergências entre os sistemas econômicos de Hong Kong e a China; (b) como se construíram as suas sinergias de desenvolvimento e; (c) como a agenda de abertura econômica facilitou a mobilidade civil e integração entre os territórios.

DESENVOLVIMENTOS DIVERGENTES

Como dito anteriormente, Hong Kong foi forjada pelas políticas de concessão e sua economia se desenvolveu sob as rotas marítimas comerciais e por estar sob a zona de influência dos impérios ocidentais. Segundo Hui po-Keung (1999), ainda que fosse uma colônia britânica, o maior ganho da ilha estava na redistribuição de produtos intra-asiáticos e não de produtos ingleses ou ocidentais. Ainda segundo o autor, a prosperidade de Hong Kong foi rápida e se destacou pelo desenvolvimento da indústria de reparo de embarcações e construções de navios e por intermediar o comércio chinês de seda, chá e porcelana com os manufaturados e ópio britânicos.

Mas foi durante a Guerra Fria (1947-1991) que Hong Kong pôde se beneficiar do seu alinhamento ideológico com o ocidente para diversificar sua economia. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão foi um dos principais países que receberam fábricas transferidas dos Estados Unidos (EUA), o que acarretou um acelerado processo de industrialização em cascata em todo o Leste Asiático (Huang, 2017, p.11; Fenglan, Zhiguo, 2012, p.9-11). Ao se industrializar,

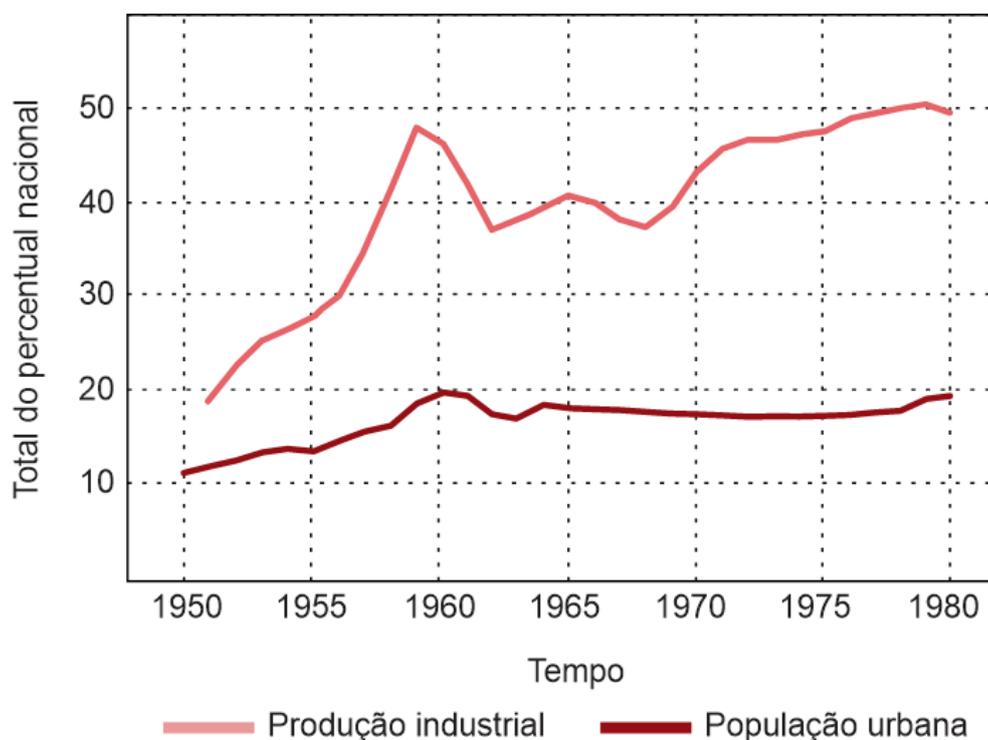
na década de 1970, o Japão repetiu o mesmo movimento de transferência de tecnologia e indústrias para Cingapura, Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong, criando escalas de produção regionais e transformando esses países em potências emergentes apelidadas de “Tigres asiáticos” (Huang, 2017, p.11; Fenglan, Zhiguo, 2012, p.10-11). Como consequência, Hong Kong passou por uma intensa urbanização e crescimento demográfico pela oferta de empregos. Nos anos 1990, mais de 90% da população da ilha vivia em cidades (United Nations, 2019, p.61), sendo que de 1945 a 1956 a população da ilha saltou de 600 mil para 2,5 milhões, graças à alta imigração de chineses à ilha (Seng, 2017, p.03).

Do outro lado, a China socialista reconfigurou sua demografia, tendo em vista que as cidades passaram a ser lidas somente como espaços de produção industrial, sem a vida de “consumo urbano” das cidades ocidentais (Leaf, Hou, 2006, p.04). Isso porque o modelo urbano ocidental era cercado de estigmas pelos socialista, por serem considerados espaços predominantemente capitalistas e reprodutores de desigualdades sociais (Han, 1995). Dessa forma, o Estado buscou diminuir a grande concentração de pessoas nas cidades e “re-educar” a população urbana por meio do trabalho comunitário e ideologia revolucionária do campesinato (Han, 1995, p.38-41). Esse controle demográfico também foi reforçado pela institucionalização do *Hukou*³ em 1958, que estabelecia um sistema de registro familiar distinguindo residentes urbanos e rurais (Han, 1995, p.135-136). Em síntese, as cidades chinesas se tornaram mais funcionais ao serem planejadas sob a influência das práticas socialistas soviéticas, com bairros uniformes, autossuficientes e centrados em torno de uma determinada empresa ou unidade comum de trabalho (Kremzner, 1998, p.10).

No entanto, ainda que sua urbanização tenha desacelerado, a industrialização teve um grande salto graças à política desenvolvimentista de Mao (1950-1962). Na época, o Estado começou a direcionar investimentos significativos para a industrialização chinesa. Em 1957, mais de 50% dos investimentos estatais eram alocados para esse setor (Milaré, Diegues, 2012, p.11). Como resultado, teve-se um crescimento acelerado da indústria, que, entre 1952 e 1977, aumentou sua participação no Produto Interno Bruto no país de 7% para mais de 34%, igualando-se à produção agrícola (Milaré, Diegues, 2012, p.14). No gráfico abaixo, figura 01, é possível perceber que ainda que a industrialização tenha crescido a um ritmo acelerado, a porcentagem da população urbana se estagnou. No entanto, os anos 1960 foram marcados pelo colapso econômico do país e fome generalizada, graças às baixas na produção agrícola por instabilidades climáticas (Fairbank e Goldman, 2006, p.375) e a má coordenação das atividades produtivas (Milaré, Diegues, 2012, p.12).

3 O *Hukou* passaria a lastrear o acesso a serviços públicos, emprego, escolas entre outras oportunidades no município de nascimento civil (O'Donnell, Wong, Bach, 2017, p.05), pré-determinando a trajetória de vida e restringindo a mobilidade populacional (Leaf, Hou, 2006, p.04).

Gráfico 01: Industrialização e urbanização na China, de 1950 a 1982



Fonte: Chan (1992), adaptado pelo autor.

Dessa forma, sob a Guerra Fria, China e Hong Kong seguiram modelos de desenvolvimento diferentes. Ainda que a China tenha tido um começo promissor, o Estado não conseguiu se articular suficientemente para equiparar a qualidade de vida chinesa com a honconguesa. Em 1980, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano da ilha era de 0,712, o da China era de 0,407 (Human Development Report, 2013). No entanto, esses dois mundos distintos seriam reunificados com a devolução de Hong Kong à China após se acabar o prazo de 99 anos do tratado de concessão dado ao Reino Unido sob o controle da Ilha. Assim, era preciso que a China encontrasse uma rota pacífica de integração territorial com Hong Kong.

DIPLOMACIA ECONÔMICA: AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

Após a morte de Mao, a China entra em um novo estágio de desenvolvimento urbano a partir da gestão de Deng Xiaoping (邓小平). Deng enfrentou um cenário político interno ainda turbulento. Pois, a década de 1970 foi marcada por um profundo debate ideológico na China. Buscava-se encontrar um modelo alternativo de governança e desenvolvimento, capaz de superar os desafios deixados pelo maoísmo (Tao, Lu, 2018). Deng assumiu a liderança da China no momento em que o país era um dos mais pobres e isolados do mercado internacional,

representando somente 2% do PIB global e 1% das do comércio global, ficando atrás até mesmo de Hong Kong e Taiwan (Shambaugh, 2021, p.n).

Deng buscou inserir a China na economia global a partir de uma agenda de reformas políticas para abertura econômica. Como baluarte dessa agenda, estava o projeto das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que serviriam como enclaves para absorção de indústrias e investimentos estrangeiros em municípios pouco industrializados. Esse projeto catalisou a urbanização na costa chinesa, mas, também serviu para aproximar economicamente Hong Kong, Macau e Taiwan e integrar as ilhas à infraestrutura produtiva chinesa.

Em 1977, era um consenso entre o alto escalão político que a China precisaria ter estratégias para introduzir equipamentos e tecnologias estrangeiras necessárias a sua modernização, mas, para isso, o país precisaria ter acesso a reservas cambiais que só viriam pelo mercado de exportação (Yanfeng, 2012, p.24-25). A proximidade geográfica da China com os Tigres Asiáticos abria portas para uma cooptação tecnológica indireta, tendo em vista que o país ainda sofria de sanções econômicas e políticas vindas do ocidente desde a guerra fria. Somado a isso, as estratégias de desenvolvimento nacional se deslocaram de uma lógica pró-campo, para serem orientadas pelo crescimento das cidades, pois, a urbanização passou a ser vista como uma pré-condição para o crescimento econômico do país (Han, 1995, p.47).

Após a Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada em 1978, as reformas passaram a ter um novo direcionamento através da criação das ZEEs (Tao, Lu, 2018, p.03). A escolha dos municípios para receberem as ZEEs foi dada a partir da combinação de dois fatores: (i) Era preciso encontrar ambientes que fossem menos influenciados pelo antigo regime maoista, a fim de se ter a menor resistência possível à aplicação das políticas experimentais (Tao, Lu, 2018, p.04); (ii) as ZEEs precisavam estar bem posicionadas em relação à geopolítica regional, pois, buscava-se atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED) e, ao mesmo tempo, aproveitar da logística de produção que ia se criando no leste asiático (Caporalli, Souto, 2022, p.04). Assim, foram escolhidos os municípios de: Shenzhen (na fronteira com Hong Kong), Zhuhai (na fronteira com Macau), Xiamen e Shantou (ambos na costa do estreito de Taiwan). No caso de Shenzhen, a integração econômica seria uma estratégia de Pequim para promover a reunificação política com Hong Kong. Quatro anos após o lançamento das ZEEs e da agenda de reforma e abertura, a China e a Coroa Britânica acordaram que Hong Kong retornaria a China, mas, como uma região administrativa especial sob o princípio de “um país, dois sistemas”.

Além disso, segundo Natacha Rena, João Souto e Elias Jabbour (2024), o experimento político das ZEEs possibilitou à China ensaiar políticas bem sucedidas de países desenvolvidos, ao fundir estratégias da economia de mercado com a economia planificada socialista. Ademais, segundo os autores, antes de lançar o programa, Deng e sua comitiva viajaram por todo o

mundo a fim de estudarem o modelo econômico ocidental e criar pontes diplomáticas. Assim, essa predisposição chinesa em abrir sua economia pelas reformas políticas de Deng facilitou a aproximação da Ilha com a China.

Localizada no Delta do Rio Pérola, fazendo fronteira direta com Hong Kong, Shenzhen foi criado no condado rural de Bao'ao. Na década de 1960, o distrito era uma vila de pescadores que, diante da ascensão econômica de Hong Kong, sofria com um vertiginoso declínio populacional causado pelas imigrações ilegais em direção à ilha, resultando na formação de vilas fantasmas por todo o condado (Huang, 2017, p.04; Fenglan, Zhiguo, 2012, p.3). Essa situação preocupou o alto escalão de Pequim. Em 1977, durante uma visita à região, Deng Xiaoping assumiu que o problema das migrações era uma manifestação das disparidades econômicas entre Bao'an e Hong Kong como resultado das políticas econômicas ineficientes adotadas pelo país no passado (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.7-8). Dessa forma, além da industrialização de Shenzhen servir como um canal de modernização, também ajudaria a reter os fluxos migratórios que a região enfrentava. Entre as 4 ZEEs iniciais, Shenzhen foi o caso mais bem-sucedido, sua industrialização foi veloz, alcançando um crescimento médio de 47% do seu PIB entre 1980 e 1995 (Huang, 2012, p.01). Em partes, seu sucesso surge da boa relação criada com Hong Kong, que foi um dos principais investidores da ZEE (Caporalli, Souto, 2022).

Inicialmente, as ZEEs surgiram em espaços restritos nas delimitações municipais. Em Shenzhen, o município foi dividido entre o condado de Bao'an e o enclave industrial, que inicialmente teria uma área de 2.3 km² (Huang, 2017, p.04). No perímetro terrestre da ZEE foi construído um grande sistema de fronteira que ficou conhecido como “segunda linha”, apelido dado em alusão a “Primeira linha” que era o muro que separava a fronteira Hong Kong (Caporalli, Souto, 2022, p.08). Ainda que o campo não fosse o foco do desenvolvimento do município, o condado de Bao'an tinha um papel importante ao abrigar a população migrante da cidade. Grande parte desses trabalhadores vinham de províncias vizinhas, onde os trabalhadores rurais eram excluídos do trabalho assalariado (O'Donnell, 2017, p.118). Nos anos 2000, a população vivendo nos distritos de Bao'an e Longgang era quase 3 vezes mais alta do que os 2,5 milhões que viviam na ZEE (Huang, 2018, p.09). Sendo que, em 2006, 76% da população da cidade era registrada como temporária, enquanto em Pequim e Guangzhou essa porcentagem não passava dos 35% (Zhang, 2008, p.04).

O movimento de integração econômica veio de ambos os lados. De um lado, a China estaria flexibilizando a entrada de investimentos e facilitando a cooperação econômica com a Ilha. Em 1985, o Governo Municipal de Shenzhen criou o primeiro centro de swap cambial da China, criando um mercado cambial com livre conversão de moedas e taxa de câmbio flutuante (Tao, Lu, 2017, p.06). Assim, no início da sua construção, a ZEE teve uma massiva circulação de dólares honconguês Segundo Huang (2017, p.11), com a implantação da ZEE, Shenzhen pôde

experimentar uma série de protocolos e instituições econômicas e governamentais que eram comuns em Hong Kong. Do outro lado, a ilha potencializa suas exportações enviando produtos para serem processados na China, tendo em vista que tinha um território e recursos naturais limitados. De 1980 a 1992, as re-exportações de Hong Kong, advindas da China, para mercados estrangeiros expandiram-se a uma taxa anual de 26%. (Wu, 1997, p.13). No final do milênio, Hong Kong seria responsável por 80% dos IED que entraram em Guangdong, enquanto suas empresas empregavam cerca de 5 milhões de pessoas na província (Schenk, 2008). Shenzhen foi a porta de entrada de quase 42% de todas as importações da China de Hong Kong, entre 1989 e 1994 (Wu, 1997, p.13). Desde o início das reformas até a década de 1990, os IED vindos de Hong Kong representavam mais de 60% do IDE em todas as dez indústrias mais investidas em Shenzhen (Wu, 1997, p.16). Assim, ao investir no processamento industrial na China, a Ilha pôde diversificar sua economia ainda mais.

Em abril de 1982, o governo da cidade convidou uma equipe multidisciplinar de engenheiros, economistas, planejadores e cientistas sociais, entre outros, vindos diretos de Beijing, Shanghai e Guangzhou (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.21). Três meses depois, empresários de Hong Kong também são chamados para discutir o desenvolvimento socioeconômico do planejamento de Shenzhen (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.21). As discussões resultaram na criação do “Esboço do Desenvolvimento Socioeconômico na Zona Econômica Especial de Shenzhen”, um documento que estabelecia diretrizes de planejamento, focando o desenvolvimento da cidade na indústria de eletrônicos e no mercado internacional, coordenado com turismo, comércio, e mercado imobiliário (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.21).

Enquanto a urbanização e a industrialização ganharam um maior suporte do Estado, o campo perdeu atenção. Nesse mesmo documento de Diretrizes de Planejamento de Shenzhen, era proposto que até 2000 a área para agricultura deveria ser reduzida em 200 mil acres (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.22). Isso culminaria mais tarde na completa dissolução do campo no município, tornando Shenzhen um município completamente urbanizado no início dos anos 2000 (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.58-59).

DISSOLUÇÃO DE BARREIRAS E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Dessa forma, a combinação de autonomia com investimentos direcionados fez com que as ZEEs tivessem um crescimento econômico acelerado. De 1980 a 1984, Shenzhen, segunda ZEE mais pobre da geração, cresceu mais de 700%, se tornando a mais rica entre as zonas (Tao, Lu, 2018, p.07). Isso se deve graças à cooperação econômica entre China e Hong Kong.

Hong Kong foi a porta de entrada que mediou investimentos e tecnologias vindas do ocidente para a China. Wu (1997, p.13-14) aponta que a ilha intermediou a entrada de

investimentos à China advindos de países que não tinham relações diplomáticas com o país, ao mesmo tempo que também transferiu tecnologias ocidentais novas para a China. Ao se aproximar tanto de Taiwan quanto de Hong Kong, a China contornou a dependência de investimento ocidental. Naquela época, o Japão, Estados Unidos e União Europeia formam a tríade de fontes de IED no mundo. Porém, ainda que essas Economias Desenvolvidas representaram 92% do IED global, os protagonistas das fontes de investimentos na China foram Taiwan e Hong Kong, responsáveis por 58% de todo o IED que entrou no país (Zhang, 2005, p.03).

Além dos ganhos econômicos, a urbanização das ZEEs levou ao fim das barreiras internas da China. O rápido adensamento populacional no município expôs a necessidade de se questionar as restrições do Hukou. Ao lastrear o acesso de serviços públicos básicos ao município de nascimento, essa política foi responsável por conter a migração rural em direção às cidades, além de garantir a permanência de trabalhadores no campo (Jabbour; Gabrielle, 2021, p.162-174). Assim, ao ficar retida no campo, a população migrante não formou assentamentos informais nas cidades, mas, ao mesmo tempo, ficaram marginalizadas e sem acesso aos serviços públicos municipais de educação, saúde e emprego.

Com as reformas, a China deu liberdade aos governos locais para gerir o hukou, permitindo que as autoridades concebessem permanentemente, ou quase, o hukou local para investidores e profissionais que trabalhassem ou tivessem residências na cidade (Chan, Buckingham, 2008, p.11). Na metade dos anos 1990 a mídia honconguesa e ocidental passou a pressionar pela abolição do sistema (Chan, Buckingham, 2008, p.01-06), fazendo com que o governo central desse às cidades a responsabilidade de admitir ou não os migrantes (Chan, Buckingham, 2008, p.12). Assim, os próprios municípios passaram a poder definir os critérios de admissão e quotas para aceite do hukou em seus territórios.

Além da flexibilização das “barreiras” internas do hukou, Shenzhen também romperia suas “linhas”. A partir da reunificação de Hong Kong a China em 1997, a existência da segunda linha passou a ser questionada pela população (Fenglan, Zhiguo, 2012, p.57-58). O muro só seria dissolvido em 2009, no momento em que a cidade buscava transicionar para uma megacidade internacional, assim, os distritos que ainda estavam externos à ZEE e a própria ZEE foram completamente integrados (Ma, Blackwell, 2017, p.11). Já a fronteira com Hong Kong foi se tornando cada vez mais porosa, com incentivos para facilitar o fluxo intra-territorial, como pela criação de espaços especiais para consumidores da ilha que visitassem a cidade (Ma, Blackwell, 2017, p.02-04).

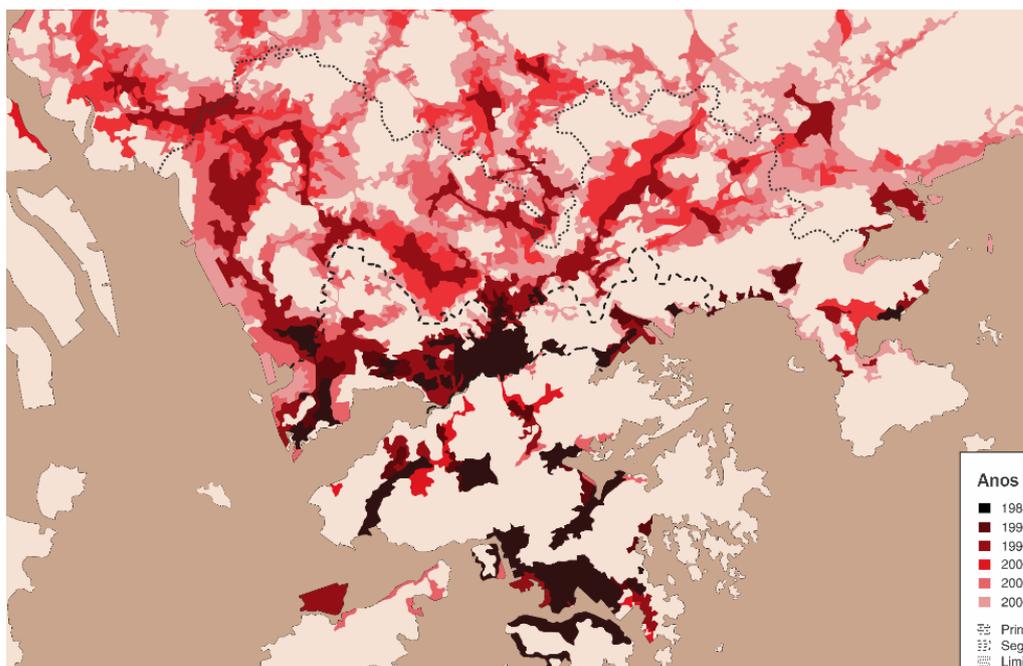
Atualmente, o delta do Rio das Pérolas superou Tóquio em tamanho e população, concentrando mais de 42 milhões de pessoas (Archdaily, 2015) e um PIB nominal de 1.3 trilhão de dólares (Forbes, 2016). A região se tornou uma das três megacidades da China e um dos maiores polos econômicos do planeta. Esse fenômeno ocorre em detrimento da relevância de Hong Kong

nas dinâmicas econômicas regionais. Enquanto em 1995 o PIB da ilha era quase $\frac{1}{4}$ do PIB chinês, em 2015 a participação econômica honconguesa se reduziu para 2,7% (Singapore Management University, 2017).

Além disso, o rápido crescimento de Shenzhen hoje rivaliza com a presença histórica de Hong Kong. As duas cidades possuem PIBs semelhantes, mas a metrópole chinesa abriga quase duas vezes a população de Hong Kong (Marques, 2018). Por fim, o interesse chinês na integração territorial das cidades do Delta do Rio Pérola está mais influente do que nunca. O governo vem somando esforços para a realização do projeto da “Grande Baía”, construindo redes de infraestrutura, investimentos, inovação e desenvolvimento ecológico para promover ainda mais a integração da região (National Development and Reform Commission, 2017).

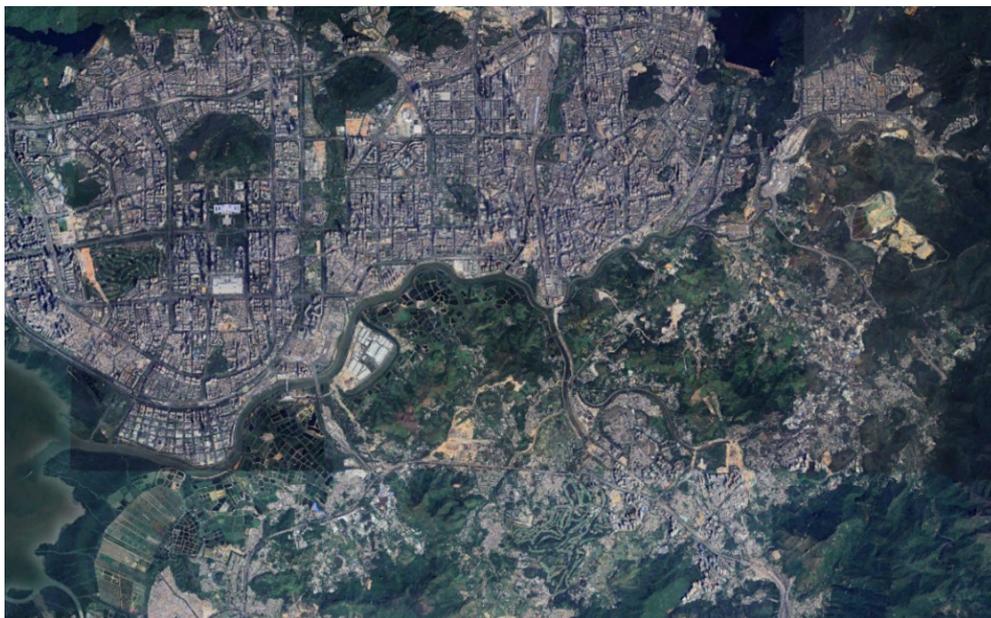
No entanto, ainda que a integração econômica entre China e Hong Kong tenha se fortalecido a partir do projeto urbano de Shenzhen, a integração territorial ainda está longe de acontecer. No mapa a seguir, é possível perceber como a urbanização de Shenzhen surge na fronteira direta com Hong Kong e vai se interiorizando de forma acelerada em manchas lineares. Fruto do interesse chinês em desenvolver a região e favorecer a adesão de Hong Kong às dinâmicas chinesas. Enquanto, do outro lado da Segunda Linha, a urbanização honconguesa se desenvolve timidamente em direção a China. Esse fenômeno fica ainda mais nítido quando vemos a fronteira entre Shenzhen e Hong Kong por meio de satélites, como mostrado na figura 02. É possível notar como a densa mancha urbana chinesa contrasta com um imediato vazio verde agrícola de Hong Kong.

Figura 01: Mapa de desenvolvimento urbano do município de Shenzhen, entre 1995 e 2008.



Fonte: Caporalli, Souto (2022).

Figura 02: Mapa-satélite na fronteira entre Shenzhen e Hong Kong, em 2020.



Fonte: Google Earth.

CONCLUSÃO

A partir do projeto urbano das ZEEs, a China acumulou uma série de aprendizados políticos. Além de poder modernizar seu sistema econômico e tecnológico, o país pôde aliviar tensões políticas internas herdadas desde o neocolonialismo do século XIX. Shenzhen desempenhou um papel crucial na modernização econômica de Hong Kong, permitindo que a ilha expandisse sua capacidade produtiva e a colocasse como um forte competidor no mercado internacional. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de Shenzhen levou a industrialização em cascata em todo o delta do Rio Pérola. Atualmente, a região é um dos principais polos de tecnologia e inovação da Ásia. O programa de reforma e abertura estreitou os laços entre China e Hong Kong ao ponto da ilha ser hoje completamente integrada à economia chinesa.

No entanto, ainda que a diplomacia econômica tenha funcionado para reatar laços políticos, os laços culturais e sociais ainda se mantêm distantes. Como mostrado na seção anterior, os dois territórios estão longe de atingirem uma conurbação ou de desenvolverem uma malha urbana unificada. Ambas as cidades são ainda separadas por um imenso tampão agrícola ao norte de Hong Kong. Esse cenário indica que Hong Kong ainda não se mostra pronta para uma integração territorial completa com a China.

REFERÊNCIAS:

"Delta do Rio das Pérolas na China supera Tóquio como maior área urbana do mundo". ArchDaily, 2015, Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/761442/delta-do-rio-das-perolas-na-china-supera-toquio-como-maior-area-urbana-do-mundo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Conheça a maior região metropolitana do mundo. Forbes, 2016, Brasil. Disponível em: <https://forbes.com.br/sem-categoria/2016/11/conheca-a-maior-regiao-metropolitana-do-mundo/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

"Framework Agreement on Deepening Guangdong-Hong Kong-Macao Cooperation in the Development of the Greater Bay Area". National Development and Reform Commission, 2017. Disponível em: https://www.bayarea.gov.hk/filemanager/en/share/pdf/Framework_Agreement.pdf

"China's Pearl River Delta Development: A Game Changer for Hong Kong". Perspectives, Singapore Management University, 2017. Disponível em: <https://cmp.smu.edu.sg/perspectives/articles/chinas-pearl-river-delta-development-game-changer-hong-kong>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Human Development Report: The Rise of the South Human Progress in a Diverse World. 2013. Disponível em: https://woodycollins.typepad.com/files/hdi_trends_2013.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2025.

United Nations. World Urbanization Prospects. 2018. Disponível em: <https://population.un.org/wup/assets/WUP2018-Report.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

PRENN, Mark. "PEARL River Delta Integration". The ABC Group, 2016. Disponível em: <https://www.theabcgroupllc.com/pearl-river-delta-integration/>. Acesso em: 17 fevereiro 2025.

CAPORALLI, Danilo; SOUTO, João Paulo. Atravessar o rio seguindo as pérolas: a influência de Shenzhen no desenho dos novos projetos urbanos globais. **Indisciplinar**, Belo Horizonte, v.08, n.01, p.324-357, out. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1815/361>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

CHAN, Kan Wing; BUCKINGHAM, Will. Is China Abolishing the Hukou System?. **The China Quarterly**, [S.l.], v.195, 2008, p.582-606. [online]. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0305741008000787. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

FAIRBANK, K. J.; GOLDMAN, M. China: a new history. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006

FENGLAN, W.; LU, Z. **The History of Shenzhen Special Economic Zone**. In: TAO, Y.; LU, Z. (Ed.). China's Economic Zones: Design, Implementation and Impact. England: Paths International Ltd, 2012. p. 26-142.

FRASER, C. F. The status of the international settlement at Shanghai. **Journal of Comparative Legislation and International Law**, v.21, p.38-54, 1939. Disponível em: https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/jclilcs21&id=46&men_tab=srchresults. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

HAN, Sun Sheng. **Controlled Urbanization in China, 1949-1989**. Dissertação de Doutorado em Filosofia. Simon Fraser University, dezembro de 1994. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/56370758.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

HUANG, W. The Tripartite Origins of Shenzhen: Beijing, Hong Kong, and Bao'an. In: O'DONNELL, M. A.; WONG, W., BACH, J. (.org). **Learning from Shenzhen**. 1. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2017. v. 1, p. 65-85.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo – SP: Boitempo, 2021.

KREMZNER, Mark T. **Managing Urban Land in China: The Emerging Legal Framework and Its Role in Development**. Pacific Rim Law & Policy Association, v.611, 1998. [online]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267981241.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2023.

LEAF, Michael; HOU, Li. The "Third Spring" of Urban Planning in China: The Resurrection of Professional Planning in the Post-Mao Era. **China Information**, v.20, n.03, p.553–585, 2006. DOI: 10.1177/0920203X06070043. [online]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0920203X06070043>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

MA, Emma Xin; BLACKWELL, Adrian. The Political Architecture of the First and Second Lines. In: O'DONNELL, M. A.; WONG, W., BACH, J. (.org). **Learning from Shenzhen**. 1. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2017. v. 1, p. 124-137.

MARQUES, José Luís de Sales. "Shenzhen | A cidade em permanente renovação". *Revista Macau, Macau*, n.65, 2018. [online]. Disponível em: https://www.revistamacau.com.mo/wp-content/uploads/2022/03/RM_issue_65.pdf

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. *Revista Econômica Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.16, n.02, 2012. [online] Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/24211>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2019. DOI: 10.21530/ci.v14n2.2019.931. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/931>. Acesso em: 18 set. 2023.

O'DONNELL, M. A. Laying Siege to the Villages: The Vernacular Geography of Shenzhen. In: O'DONNELL, M. A.; WONG, W., BACH, J. (.org). **Learning from Shenzhen**. 1. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2017. v. 1, p.107-123.

PINENT, Carlos. **Breve introdução à história da China: da formação da civilização chinesa ao século XXI**. Porto Alegre - RG Sulina, 2015.

PO-KEUNG, Hui. **Comprador Politics and Middleman Capitalism**. In: NGO, Tak-Wing (org.). **Hong Kong History**. 1 ed. Londres: Routledge, 1999.

RENA, Natacha Silva Araújo; SOUTO, João Paulo Araújo; JABBOUR, Elias Marco Khalil. Urban planning as political experimentation: A study of Special Economic Zones in China. **International Planning History Society Proceedings**, v. 20, p. 095–110, 2 jul. 2024.

SCHENK, Catherine. "Economic History of Hong Kong". *EH.Net Encyclopedia*. 16 de março de

2008. Disponível em> <http://eh.net/encyclopedia/economic-history-of-hong-kong/>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

SENG, Eunice. The city in a building: a brief social history of urban Hong Kong. **Studies in History and Theory of Architecture**, n. 5, p. 81–98, 2017. Disponível em: <https://sita.uauim.ro/article/5-seng-the-city-in-a>. Acesso em: 4 maio 2025.

SHAMBAUGH, D. **China's leaders: from Mao to now**. Cambridge: Polity Editorial, 2021.

TAO, Y.; LU, Z. Theoretical Contributions of the Special Economic Zones to China's Development Path. in: LI, Y.; LI, P. **Research Series on the Chinese Dream and China's Development Path**. Singapura: Social Sciences Academic Press and Springer Nature Singapore, 2018. p.107-173.

WU, Fulong. **Planning for Growth: Urban and Regional Planning in China**. 1 ed. Nova York: Routledge, 2015.

WU, Weiping. Proximity and Complementarity in Hong Kong-Shenzhen Industrialization. **Asian Survey**, v.37, n.08, p.771-793, 1997. [online]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2645449>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

YANFENG, Yan. History of Zhuhai Special Economic Zone: Through Exploration on the High Standards of Harmonious Development. In: YITAO, Tao; ZHIGUO, Lu. **China's Economic Zones: Design, Implementation and Impact**. 1 ed. Inglaterra: Paths International Ltd, 2012. Cap.02, p.118-199.

ZHANG, Kevin Honglin. Why does so much FDI from Hong Kong and Taiwan go to Mainland China?. **China Economic Review**, [S. l.], v. 16, p. 293-307, 2005. DOI:<https://doi.org/10.1016/j.chieco.2005.02.004>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1043951X05000271>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

De Havana à Beijing - Um panorama histórico das relações Cuba x China

Arthur Vidal Mendes¹

RESUMO

As relações internacionais entre China e América Latina têm ganhado destaque crescente nas últimas décadas, especialmente no contexto da ascensão do Sul Global e da redefinição das alianças geopolíticas. Nesse cenário, o vínculo sino-cubano se destaca como um caso notável de parceria estratégica entre países em desenvolvimento. Apesar de haver diversos estudos sobre a atuação da China na região, ainda são escassas as análises que abordam a evolução histórica das relações sino-cubanas sob uma perspectiva centrada no protagonismo do Sul Global e nos marcos conceituais da cooperação não ocidental.

Este estudo busca responder à seguinte pergunta: **como as relações entre China e Cuba evoluíram historicamente até se consolidarem como uma parceria estratégica no século XXI?** O principal objetivo é compreender os fatores históricos, políticos e econômicos que moldaram essa aproximação bilateral, destacando as motivações e implicações de longo prazo para ambos os países.

Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise histórica e documental, com foco em fontes acadêmicas, dados de organismos internacionais e documentos institucionais relevantes. O artigo está organizado em três eixos principais: o período inicial de imigração e intercâmbio cultural; a fase revolucionária e ideológica, marcada por solidariedade política e tensões geopolíticas; e a fase recente, de intensificação da cooperação econômica, tecnológica e diplomática.

Os resultados mostram que a parceria sino-cubana combina pragmatismo e solidariedade, sendo sustentada por interesses convergentes e valores compartilhados, como a defesa da soberania, o desenvolvimento sustentável e a multipolaridade. Conclui-se que essa relação exemplifica um modelo alternativo de cooperação internacional, baseado na complementaridade e na resistência às hierarquias tradicionais da ordem global.

¹ Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Membro regular do GECHINA UnB. Email: arthvmm@gmail.com

Palavras-Chave: China, Cuba, cooperação, solidariedade, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

As relações entre China e Cuba possuem raízes históricas que remontam ao período colonial espanhol, quando a imigração de trabalhadores chineses para a Ilha², no século XIX, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento econômico e cultural cubano. Esse intercâmbio inicial estabeleceu as bases de uma conexão que se fortaleceu ao longo do tempo, ganhando um novo impulso após a Revolução Cubana em 1959, quando os laços sino-cubanos passaram a ser caracterizados por solidariedade política e cooperação estratégica.

O reconhecimento da República Popular da China por Cuba em 1960 marcou o início de uma parceria formal, com acordos nas áreas de comércio, tecnologia e saúde. Apesar de desafios políticos e econômicos enfrentados entre as décadas de 1960 e 1980, as relações bilaterais foram intensificadas a partir dos anos 1990, período em que a China desempenhou um papel crucial na ajuda a Cuba para superar as dificuldades impostas pelo colapso da União Soviética e pelo endurecimento do bloqueio econômico dos Estados Unidos. No século XXI, a China consolidou sua posição como principal parceiro comercial de Cuba, investindo em setores estratégicos como energia, infraestrutura e tecnologia.

A entrada de Cuba nos projetos de energia da Nova Rota da Seda em 2021 e no BRICS+ em 2024 fortaleceu ainda mais a relação, ampliando os impactos econômicos e tecnológicos dessa cooperação. Além do comércio, a parceria abrange saúde, educação e cultura, com demonstrações de mutualidade em crises como a pandemia de Covid-19 e desastres naturais. Essa relação estratégica, sustentada por pragmatismo e valores compartilhados, reflete um modelo de cooperação entre países que enfrentam desafios comuns em um cenário global dinâmico e em transformação.

Assim, este artigo busca compreender como se deu a consolidação das relações sino-cubanas ao longo do tempo, considerando os condicionantes históricos, políticos e econômicos que estruturaram essa aproximação. Ao examinar os diferentes momentos dessa trajetória, a análise contribui para refletir sobre os sentidos e os limites da cooperação entre países do Sul Global em um cenário internacional em transformação.

² A expressão "A Ilha" é usada por Fernando Morais e autores cubanos como Gutiérrez para destacar a singularidade histórica e simbólica de Cuba, que transcende sua condição geográfica e reflete sua identidade marcada pela resistência e papel central nas transformações políticas da América Latina.

DESENVOLVIMENTO

Para interpretar a trajetória das relações sino-cubanas, este estudo se apoia em um quadro teórico baseado na cooperação Sul-Sul, no pós-colonialismo e nos conceitos de interdependência estratégica. Essas abordagens ajudam a compreender como elementos históricos, ideológicos e pragmáticos moldam alianças políticas e econômicas entre países do Sul Global. Assim, busca-se analisar a parceria sino-cubana não apenas como uma estratégia de sobrevivência econômica, mas como expressão de valores compartilhados e de resistência à ordem internacional dominada por potências ocidentais.

As primeiras interações entre a China e Cuba ocorreram durante o período da dominação colonial espanhola, quando os primeiros chineses, apelidados pejorativamente de “culis”, chegaram à Ilha em fluxos migratórios que foram de 1847 à 1874, em um processo de substituição da mão de obra escravizada por mão de obra assalariada precarizada no contexto do colapso do tráfico negreiro transatlântico. Cerca de 150 mil trabalhadores chineses foram incorporados ao trabalho agrícola e industrial na produção açucareira, desempenhando um importante papel na transição da produção rudimentar de “trapiche” para a plena mecanização dos engenhos de açúcar (Vázquez, 2008).

Na perspectiva chinesa, a exportação de mão de obra se deu em razão das novas diretrizes relacionadas à abertura da China para o resto do mundo após a derrota da Dinastia Qing na Guerra do Ópio (1ª: 1839–1842, 2ª: 1856–1860), quando o governo chinês reformulou suas políticas que proibiam a população de estabelecer contato com outros países, e criou regulações tratando da contratação de trabalhadores chineses por outros países. Foi nesse contexto que a Espanha passou a contratar mão de obra chinesa para trabalhar no desenvolvimento econômico de Cuba, e, em 1864, assinou um tratado com o governo Qing para autorizar trabalhadores chineses a trabalharem em todas as colônias espanholas (Zuo, 2010). Após esse processo, a maioria dos trabalhadores chineses permaneceu e integrou-se à sociedade cubana, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural da Ilha, a ponto de muitos participarem das Guerras de Independência de Cuba sob os motes de “Não houve chinês cubano covarde” e “Não houve chinês cubano traidor” (Vázquez, 2008).

O primeiro estabelecimento de vínculos diplomáticos entre os dois países se deu em 1875, mas as relações se mantiveram de maneira intermitente até a formação de vínculos diplomáticos entre a recém fundada República de Cuba, em 1902, com o então Império Chinês, mantidos posteriormente com a proclamação da República da China, em 1911. A opressão colonial sofrida pelos dois países fez com que uma relação de solidariedade mútua fluísse, com a China apoiando Cuba nas lutas de independência contra a Espanha e contra a invasão estadunidense em 1898, e de maneira semelhante, recebendo apoio cubano na Revolução Chinesa de 1911. Apesar de

meramente formais, essas declarações de suporte tem certo grau de impacto, sobretudo em questões de reconhecimento internacional (Zuo, 2010).

Entre 1902 e 1959, a imigração chinesa para Cuba ocorreu em fluxos irregulares, com o último grande grupo de indivíduos sendo registrado no início da década de 1950. Os imigrantes chineses desempenharam uma parte significativa no desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, horticultura, artesanato e gastronomia, entre outros. Atualmente, a presença cultural chinesa na Ilha persiste por meio dos descendentes e das diversas associações que foram unidas na “Sociedade de Amizade Cuba-China”, que atua para preservar as tradições culturais e fortalecer os laços entre os dois povos, além de servir como um canal de apoio do governo chinês para seus nacionais no exterior (Vázquez, 2008).

Com a fundação da República Popular da China em 1949, Cuba se alinhou às diretrizes de política externa dos EUA e não reconheceu o novo governo em Beijing, mantendo laços diplomáticos com a República da China, exilada na ilha de Taiwan. A pressão estadunidense sobre os países latinoamericanos fez com que nenhum país do continente reconhecesse o novo governo ao longo das décadas de 1950 e 1960, com exceção da Cuba revolucionária em 1960 (Manke, 2018). A Revolução Cubana representou um novo marco qualitativo nas relações entre os dois países. Com a 1ª Declaração de Havana, em 2 de setembro de 1960, foi anunciada a ruptura oficial com Taiwan e o início das relações oficiais com a República Popular da China (Vázquez, 2008).

Apesar da falta de reconhecimento diplomático, a influência da Revolução Chinesa em 1949 impactou as organizações de esquerda chinesas em Cuba, como a *Alianza Nacional de Apoyo a la Democracia China*, que desempenharia um papel importante durante a Revolução em 1959. Foi fundada em 1927 pelo sino-cubano José Wong, que após ser preso e executado pela polícia secreta do ditador Gerardo Machado, se tornou o principal mártir revolucionário cubano de origem chinesa. Durante a Guerra Civil Chinesa (1ª: 1927–1937, 2ª: 1946–1949) e a invasão japonesa (1937-1945), essa organização tomaria diferentes nomes, tendo inicialmente apoio dos nacionalistas chineses até seu alinhamento com o Partido Comunista da China nos anos 1940 (Manke, 2015).

Ao final da década de 1940, as principais organizações da comunidade chinesa em Cuba eram o *Min Zhi Dang*, braço cubano da “maçonaria” chinesa; o *Guomindang*, representando os chineses nacionalistas; e a Alianza, alinhada com os comunistas. Apesar do jornal cubano *Bohemia* ter considerado em 1949 que o *Min Zhi Dang* representava a maioria da população chinesa politicamente ativa em Cuba, o *Guomindang* ainda controlava as principais instituições políticas e sociais da comunidade chinesa em Havana, especialmente o Cassino Chung Wah. Após a vitória militar de Mao Zedong em 1949, embates ocorreram no bairro chinês da capital cubana entre grupos de apoiadores dos lados opostos da Guerra Civil Chinesa, com a polícia do governo de Carlos Prío intervindo em favor dos nacionalistas (Manke, 2018).

Meses depois, com a intensificação da perseguição do governo aos grupos de esquerda, o jornal cubano-chinês de orientação comunista *Kwong Wah Po* foi fechado, após protestos contra a censura e fechamento do principal jornal comunista do país, o *Hoy*. As impressoras do *Kwong Wah Po* foram destruídas, e 13 chineses foram presos e acusados de serem espiões comunistas, entre eles o diretor do jornal, Juan Mok (Manke, 2018).

A tendência anticomunista foi acentuada ainda mais ao longo da década de 1950 pela ditadura de Fulgêncio Batista, que manteve relações de benefício mútuo com grupos mercantis chineses associados aos nacionalistas enquanto aprofundava a perseguição aos chineses pró-comunismo. Uma das consequências dessa perseguição foi a participação de diversos chineses e descendentes nas organizações clandestinas e guerrilhas que se levantavam contra Batista (Manke, 2018).

Com o triunfo da Revolução Cubana em 1959, surgiram possibilidades para várias organizações até então banidas voltarem a participar da vida pública da Ilha, levando ao ressurgimento da *Alianza* e a abertura do primeiro escritório da agência de mídia chinesa Xinhua na América Latina. Com o aprofundamento do caráter socialista do processo revolucionário cubano, chegou a ser fundada por chineses e descendentes a Milícia Popular Chinesa Brigada José Wong, em meio às tentativas de sabotagem contra-revolucionária e o processo de mobilização popular em defesa da Revolução (Manke, 2015).

Inicialmente, os grupos mercantis chineses em Havana apoiaram o caráter nacionalista do processo revolucionário, mas esse apoio não resistiria às profundas transformações na economia e na sociedade cubana. Com o reconhecimento da República Popular da China em 1960, as relações internas de poder na comunidade sino-cubana foram reestruturadas em favor dos grupos de esquerda, sobretudo após a tomada do Cassino pelas brigadas chinesas com apoio da *Alianza* (Manke, 2015).

Ao longo dos anos seguintes, as relações sino-cubanas se aprofundaram após a visita de Che Guevara à China em 1961, que resultou na assinatura dos primeiros acordos de cooperação econômica e tecnológica entre os dois países, e o fornecimento de uma linha de crédito sem juros de 60 milhões de dólares por parte dos chineses para que Cuba pudesse adquirir equipamentos e mercadorias, além da compra de um milhão de toneladas de açúcar e o auxílio para treinar 200 técnicos cubanos (Zuo, 2010).

Esses laços econômicos foram estabelecidos em um momento em que o bloqueio econômico imposto pelos EUA ameaçava a sobrevivência da Revolução. Ainda em 1961, o presidente cubano Osvaldo Dorticós Torrado tornou-se o primeiro governante latino-americano a visitar a China (Vázquez, 2008). O apoio cubano na ONU à política de “Uma só China” e os auxílios financeiros chineses à Cuba em casos como a catástrofe climática do

Furacão Flora em 1963 são exemplos da solidariedade mútua que marcaram essa primeira fase das relações entre os dois países após suas respectivas revoluções (Zuo, 2010).

A ruptura sino-soviética repercutiu em todo o campo socialista. Em Cuba não foi diferente, colocando o país em um dilema que resultou no alinhamento com os soviéticos, causando um abalo nas relações entre a China e Cuba. Esse abalo se estendeu da década de 1960 até os anos 1980, quando contatos em diferentes áreas foram restabelecidos em 1983 e em 1989 ocorreram visitas recíprocas de oficiais chineses e cubanos (Alzugaray Treto et al., 2011).

O colapso da União Soviética no início dos anos 1990 causou um choque brutal sobre a economia cubana: entre 1990 e 1994, o PIB do país caiu 36%; as exportações, 80%; e as importações, 73%; levando à perda do poder de compra cubano no mercado internacional, à escassez de produtos básicos, como alimentos e combustível, e à adoção de rígidos programas de austeridade e racionamento, originalmente elaborados para ser implementados no caso de guerra. O país adentrou o que é considerado hoje o “Período Especial”, que durou até a primeira metade dos anos 2000 (Santoro, 2010).

Com o fim do bloco socialista, os laços político-econômicos que Cuba havia desenvolvido durante 30 anos foram abruptamente interrompidos. Isso, combinado com o endurecimento do bloqueio estadunidense, criou um cenário global que encontrou a China também em meio a profundas mudanças econômicas e sociais, enquanto buscava sua reinserção na economia internacional (Vázquez, 2008).

Essas circunstâncias conferiram maior relevância às relações entre os dois países, e a cooperação sino-cubana se desenvolveu rapidamente, atingindo na segunda metade da década de 1990 um ritmo estável que anunciava um novo período de desenvolvimento das relações bilaterais (Alzugaray Treto et al., 2011), apesar da queda das transações comerciais devido ao colapso da indústria açucareira cubana (Erikson, 2005). O presidente Jiang Zemin visitou Cuba em 1993, marcando a primeira visita de um chefe de estado chinês à Ilha, e em 1995, Fidel Castro realizou sua primeira viagem à China (Zuo, 2010).

Foi nesse patamar que as relações entre os dois países adentraram o século XXI, com a China promovendo investimentos diretos na economia cubana, realizando empréstimos a baixos ou sem juros, transferência de tecnologia e absorvendo parte das exportações anteriormente direcionadas à União Soviética (Alzugaray Treto et al., 2011), enquanto Cuba auxiliou no desenvolvimento chinês nos setores de equipamentos médicos avançados, biotecnologia e engenharia genética (Erikson, 2005). Ao longo do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, foram assinados vários acordos importantes de cooperação técnica e econômica que seguiram se aprofundando até a China se tornar o maior parceiro comercial de Cuba em 2017, superando a Venezuela (Xinhua, 2017). Em 2022, a China era destino de 40% das exportações cubanas (Statista, 2024).

Desde 2000, a China emergiu como aliado de importância estratégica para Cuba, tornando-se crucial para a integração cubana com a economia global. As reformas econômicas nos dois países abriram caminho para a cooperação em diversas áreas, estabelecendo uma relação complementar na qual Cuba exporta principalmente açúcar, níquel, cobalto e medicamentos, enquanto importa arroz, componentes elétricos e industriais, aço e produtos têxteis, entre outros (Erikson, 2005).

Com a eclosão da Crise de 2008 e a presidência de Raúl Castro, Cuba se confrontou com a necessidade de uma reestruturação econômica pragmática para revitalizar os setores produtivos e acomodar certos aspectos da economia de mercado, gerando maiores possibilidades de cooperação política e econômica com a China. Embora o governo cubano tenha demonstrado certo grau de flexibilidade na resposta à crise do Período Especial, abrindo diversos setores para investimentos estrangeiros e parcerias conjuntas, enquanto ao mesmo tempo permanecia comprometido com as estruturas fundamentais de uma economia planejada, permanecia a necessidade de reformas mais profundas para se adequar ao cenário da economia global no século 21, e a China se tornou um dos pilares desse processo (Hearn, 2015).

Ao final de 2006, ao longo dos governos de Jiang Zemin e Hu Jintao, a China já havia estabelecido diversos projetos de transferência tecnológica a longo prazo, como fábricas de eletrônicos e bicicletas, pecuária e pesca mecanizadas, entre outros, além de continuar provendo constantemente itens de necessidade básica e empréstimos para auxiliar na estabilização econômica do país (Alzugaray Treto et al., 2011). Também foram feitos investimentos diretos em setores como agricultura, telecomunicações, eletricidade e indústria, com o propósito de modernizar a infraestrutura cubana (Hearn, 2015).

O setor de petróleo cubano também se tornou um dos focos estratégicos dessa parceria. A abertura do mercado petrolífero ao capital estrangeiro atraiu significativos investimentos chineses, culminando na assinatura de acordos de cooperação com a estatal cubana CUPET (Alzugaray Treto et al., 2011). Além disso, o modelo de Zona Econômica Especial, implementado pelo governo cubano em 2013, foi inspirado nas zonas econômicas criadas durante as reformas de abertura promovidas por Deng Xiaoping na China.

O impacto das relações sino-cubanas é cada vez mais evidente no dia a dia dos cubanos. Quase toda família cubana possui algum utensílio de marca chinesa, como geladeiras, ventiladores e televisões, e milhares dos antigos ônibus que há décadas circulavam na Ilha foram substituídos por ônibus chineses eficientes em energia (Alzugaray Treto et al., 2011). Com a entrada de Cuba na Nova Rota da Seda (BRI) idealizada pelo presidente Xi Jinping, cooperações para a reestruturação do sistema elétrico cubano e outros setores da infraestrutura do país se aprofundaram ainda mais (Seneca ESG, 2023).

Atualmente, mais de 95% do consumo de energia em Cuba é gerado a partir de combustíveis fósseis, principalmente por meio de oito usinas termelétricas que operam há mais de 30 anos. O país busca aumentar a proporção de energia renovável em sua matriz energética de menos de 5%, atualmente, para 24% até 2030. Para isso, a adesão à Parceria Energética da Iniciativa Cinturão e Rota (BREP) e a cooperação econômica com a China é fundamental (Seneca ESG, 2023).

Para além de laços meramente econômicos, os dois países também cooperam com cada vez mais intensidade em setores como a pesquisa social, educação, ciência, esportes, cultura e turismo. O intercâmbio acadêmico e científico, especialmente nas áreas de medicina, ciências sociais e linguagens, se aprofundou ao longo dos anos 2000, e em diversos momentos trágicos, como o terremoto em Sichuan e o furacão Ike em Cuba, ambos em 2008, os dois países se ajudaram em demonstrações de solidariedade (Alzugaray Treto et al., 2011).

Durante a pandemia de Covid-19, a China forneceu aos cubanos diversos equipamentos médicos, desde máscaras e luvas à seringas, testes rápidos e ventiladores pulmonares (Agência Cubana de Notícias, 2021) em um cenário em que a Ilha tinha sérias dificuldades de adquirir esses recursos devido ao bloqueio (TeleSUR, 2020). Os dois países também cooperaram na pesquisa e desenvolvimento de vacinas, prevenção, controle e tratamento contra o vírus (Comissão Nacional de Saúde da China, 2021). Tudo isso demonstra o profundo laço de cooperação e solidariedade entre os chineses e o povo cubano que vêm sendo cultivados nas últimas décadas.

Em síntese, as relações sino-cubanas são um exemplo singular de cooperação estratégica, que transcende as esferas econômicas para incluir profundas conexões históricas, culturais e políticas. A sinergia entre os dois países é sustentada por uma sólida base de apoio mútuo, solidariedade e visão compartilhada de desenvolvimento. Ao longo dos séculos, essa parceria demonstrou resiliência e adaptabilidade, tornando-se um pilar essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e consolidar um futuro mais sustentável e integrado para ambas as nações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação bilateral entre China e Cuba é um exemplo singular de cooperação entre países que compartilham valores históricos de luta contra a opressão colonial e imperialista. Desde os primeiros vínculos estabelecidos no período colonial até sua configuração atual como parceria estratégica no século XXI, os dois países demonstraram resiliência e capacidade de adaptação frente aos desafios globais. Atualmente, a China representa um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e tecnológico de Cuba, enquanto a ilha caribenha contribui para a inserção chinesa em setores estratégicos, como biotecnologia e saúde.

Nas palavras do presidente Xi Jinping, China e Cuba são "bons amigos, bons camaradas e bons irmãos", unidos por uma amizade inabalável baseada na confiança mútua e na boa-fé (Ministério das Relações Exteriores da China, 2023). Sob a liderança de ambos os governos, os dois países têm avançado juntos no caminho do desenvolvimento econômico, apoiando-se mutuamente em questões de interesses centrais e colaborando estreitamente em assuntos internacionais e regionais (Ministério das Relações Exteriores da China, 2023).

A entrada de Cuba no BRICS+ e na Nova Rota da Seda reforça o caráter dinâmico e complementar desta relação, que vai além do comércio, abrangendo também intercâmbios culturais, acadêmicos e humanitários. Ao olhar para o futuro, a parceria sino-cubana tem potencial para se aprofundar ainda mais, servindo como modelo de cooperação sustentável e solidária em um mundo marcado por transformações econômicas e políticas.

Mais do que reafirmar os elementos centrais da parceria, esta análise destaca a importância da relação sino-cubana para demonstrar como países do Sul Global podem articular estratégias de cooperação que, embora pautadas por interesses pragmáticos, também incorporam valores políticos e culturais compartilhados, construindo formas alternativas de solidariedade.

Apesar das assimetrias estruturais e dos desafios decorrentes das pressões externas, a experiência sino-cubana evidencia possibilidades concretas de fortalecimento da autonomia e do desenvolvimento mútuo. Assim, este caso contribui para ampliar o debate sobre os limites e potencialidades da cooperação Sul-Sul num mundo em transformação, abrindo caminhos para repensar o papel dos países emergentes e periféricos em um sistema internacional ainda marcado por desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ALZUGARAY TRETO, Carlos; HEARN, Adrian H.; WEIGUANG, Liu; XIANGLIN, Mao. **China and Cuba: Past, Present, and Future**. In. China Engages Latin America. Lynne Rienner Publishers, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/40F1wgH>
- DÍAZ VÁZQUEZ, Julio A. **Apuntes Sobre Las Relaciones China-Cuba**. In. Observatorio de la Economía y la Sociedad China. Servicios Académicos Intercontinentales SL, n° 09, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/erv/obschi/y2008096.html>
- ERIKSON, Daniel. **Cuba, China, Venezuela: New Developments**. In. Annual Proceedings of The Association for the Study of the Cuban Economy. EconPapers, vol. 15, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3Chr3Dc>
- HEARN, Adrian H.; WEIGUANG, Liu; XIANGLIN, Mao. **China and Cuba: 160 Years and Looking Ahead**. In. Latin American Perspectives. vol. 42, n° 6, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0094582X15594395>

HEARN, Adrian H. **China, Global Governance and the Future of Cuba.** In. Journal of Current Chinese Affairs. vol. 41, n° 1, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/42fm94c>

MANKE, Albert. **The impact of the 1949 Chinese Revolution on a Latin American Chinese community: shifting power relations in Havana's Chinatown.** In. Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 61, n° 2, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/358/35860343007/html/>

MANKE, Albert. **Chinese in the Cuban revolution - An ethnically marked political mobilization?** In. University of Cologne Forum »Ethnicity as a Political Resource«, Ethnicity as a Political Resource. pp. 237-252, 2015. Disponível em: https://www.transcript-verlag.de/chunk_detail_seite.php?doi=10.14361%2F9783839430132-018

SANTORO, Maurício. **Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA.** In. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. n° 53, n° 1, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/9cT5KfjBBqxP4tMtNpJXFwn/?lang=pt>

ZUO, Pin. **A Survey of the Relationship between Cuba and China: A Chinese Perspective.** In. Annual Proceedings of The Association for the Study of the Cuban Economy. EconPapers, vol. 20, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4fYfkqU>

China becomes Cuba's largest trading partner. 17 de agosto de 2017. Disponível em: http://english.www.gov.cn/news/international_exchanges/2017/08/17/content_281475795877176.htm

China, Cuba to boost health exchanges, cooperation. 3 de dezembro de 2021. Disponível em: https://en.nhc.gov.cn/2021-03/12/c_83212.htm

Cuba: Main export partners in 2022. 29 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/388599/most-important-export-partner-countries-for-cuba/#:~:text=Published%20by,of%2040%20percent%20in%20exports.>

Cuba Signs BRI Construction Cooperation Plan with China. 20 de setembro de 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4g9zazz>

Fourth donation from China arrives in Cuba. 16 de setembro de 2021. Disponível em: <http://www.cubanews.acn.cu/economy/14915-fourth-donation-from-china-arrives-in-cuba>

US prevents medical supplies from reaching Cuba. 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://cuba-solidarity.org.uk/news/article/3950/us-prevents-medical-supplies-from-reaching-cuba>

Xi Jinping Meets with Cuban Prime Minister Manuel Marrero Cruz. 6 de novembro de 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4jq9VM5>

Primeira Declaração de Havana. 2 de setembro de 1960. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Primeira-Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Havana.pdf>

Desafios e Oportunidades da Relação Colômbia-China e o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico

Ana Cristina Balestro¹
Tatiana Gélvez Rubio²
Manuela Barrera Cubides³

Introdução

A Colômbia tem priorizado seu relacionamento com os Estados Unidos, relegando em segundo plano seus vínculos com outras regiões, incluindo a Ásia-Pacífico. Essa região, situada no Oceano Pacífico e marcada pelo dinamismo econômico de suas nações, representa oportunidades relevantes em termos de comércio e de investimento. A postura colombiana contrasta com a de outros países latino-americanos, que têm buscado fortalecer alianças comerciais e políticas com essa importante região.

Embora a Colômbia tenha avançado em suas relações com países do Leste Asiático, como China, Japão e Coreia do Sul, sua conexão com a região Ásia-Pacífico ainda é limitada. Para superar esses desafios, é fundamental que o país adote uma política de Estado consistente, que transcenda os ciclos do sistema presidencial. No discurso de posse do presidente Gustavo Petro, em 5 de agosto de 2022, ele destacou a Ásia e a África como eixos prioritários da política externa colombiana — embora alianças estratégicas nessas regiões ainda não tenham gerado resultados comerciais concretos, revelando uma balança comercial desfavorável, especialmente no setor agrícola, além de baixa capacidade de atrair investimentos e cooperação dos países asiáticos. No entanto, a prática tem ficado aquém das intenções. A Colômbia mantém uma balança comercial desfavorável, especialmente no setor agrícola, e ainda demonstra baixa capacidade de atrair investimentos e cooperação significativa de países asiáticos.

1 Doutora em Estudos da Linguagem, Professora de Língua Chinesa pelo Instituto Confúcio da Universidade de Brasília, Professora Voluntária da Universidade de Brasília. Editora-chefe e professora colaboradora do GECHINA UnB. acbalestro@id.uff.br

2 Docente e pesquisadora da Facultad de Economía, Universidad Externado de Colombia. Doutor em Governo pela Universidade de Essex, MSc. em Estudos Comparativos Internacionais na Universidade de Southampton. tatiana.gelvez@uexternado.edu.co

3 Profissional em Relações Governamentais e Internacionais pela Universidade Externado da Colômbia. Manuela.barrerac@gmail.com

Isso contrasta com a prioridade declarada, revelando uma lacuna entre o discurso e os resultados econômicos.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, analisa-se a relação histórica limitada da Colômbia com a região Ásia-Pacífico, com destaque para o atraso nas exportações em comparação a outros países latino-americanos. Em seguida, examina-se o crescimento das relações comerciais entre a China e a América Latina, com foco nas principais etapas da relação entre China e Colômbia, ressaltando o aumento significativo do comércio bilateral e o desenvolvimento de acordos e colaborações em diversas áreas. Por fim, discute-se a importância do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (doravante, adota-se a sigla em espanhol: APEC) para o crescimento econômico e a cooperação regional. Explora-se o interesse da Colômbia em ingressar na APEC, abordando os potenciais benefícios econômicos e políticos dessa adesão, com destaque para a experiência positiva do Chile como membro do Fórum.

Fortalecimento dos laços com a região Ásia-Pacífico em expansão

A relação da Colômbia com a Ásia é historicamente incipiente e tem por marco a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão, em 1908. No entanto, as interações atuais com as embaixadas em países como Filipinas, China, Coreia do Sul, Israel, Japão, Indonésia, Cingapura, Vietnã, Malásia, Cazaquistão, Índia e Rússia permanecem restritas (García, 2018).

A atuação colombiana, desde o início dos anos 2000, tem se concentrado principalmente em questões comerciais, como a assinatura do Acordo de Proteção Recíproca de Investimentos e a negociação de um Acordo de Parceria Econômica com o Japão. As relações com a Coreia do Sul também se limitam a acordos econômicos, sem uma diversificação significativa para outras áreas. Apesar dessa presença diplomática, o número limitado de embaixadas e a participação restrita em fóruns regionais indicam que a Colômbia ainda enfrenta desafios para fortalecer suas relações comerciais com os países do Leste e Sudeste Asiático. Embora historicamente tenha apresentado um desempenho inferior ao de outros países da Aliança do Pacífico nas exportações para a Ásia, a Colômbia foi o único membro do bloco a registrar aumento na porcentagem de exportações e importações com China, Japão e Coreia do Sul entre 2013 e 2014, segundo relatório do Wilson Center⁴. Ainda assim, o país permanece como o menor exportador da Aliança para a região Ásia-Pacífico e mantém um saldo comercial desfavorável com essas economias, refletindo a necessidade de uma estratégia mais robusta de inserção econômica e comercial na região (Coutin, 2014).

Nesse contexto, Velosa (2011) reforça a importância de que a Colômbia não se restrinja a aspectos econômicos, mas também priorize temas estruturantes — como infraestrutura, telecomunicações e desenvolvimento de gênero — em fóruns relevantes como APEC, FOCALAE (*Foro de Cooperación América Latina–Asia del Este*) e o P4 (Parceria Econômica Estratégica Transpacífica). Velosa (2011)

⁴ The Pacific Alliance: Ongoing Challenges to Trade Integration. Texto disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/the-pacific-alliance-ongoing-challenges-to-trade-integration>. Acesso em 15 de maio de 2025.

sugere que o país deve assumir uma postura proativa na agenda de questões de interesse nacional nesses espaços. Além disso, a reforma das Nações Unidas, a cooperação técnica, a atenção à energia limpa e ao meio ambiente, a transferência de tecnologia, bem como a colaboração no combate ao tráfico de pessoas são questões que podem enriquecer o diálogo e fortalecer as relações com países como o Japão.

Nesse cenário de crescente articulação entre América Latina e Ásia-Pacífico, a relação entre a Colômbia e a China tem ganhado relevância. Embora historicamente mais discreta em comparação a outros países da região, como Brasil e Chile, a Colômbia tem buscado estreitar seus laços com o gigante asiático por meio de acordos comerciais, investimentos em infraestrutura e diálogo diplomático.

China e Colômbia: um elo de oportunidade em evolução

Nos últimos anos, a expansão das relações comerciais entre a China e a América Latina e Caribe tem se mostrado um fenômeno incontestável. Em 2022, os fluxos comerciais atingiram patamares recordes, refletindo a intensificação dos laços econômicos entre as partes. Naquele ano, a região exportou aproximadamente US\$ 184 bilhões para a China, enquanto as importações de produtos chineses totalizaram cerca de US\$ 265 bilhões. Apesar do aumento da participação regional no mercado chinês com produtos como ferro, cobre e carne bovina, as importações de produtos chineses cresceram a um ritmo mais acelerado.

No contexto regional, o Chile, Peru e Brasil se destacam como países com sólidos superávits comerciais, enquanto México, Colômbia e Argentina registraram déficits. Esse cenário reforça a importância crescente da China como parceira comercial da América Latina e ressalta a necessidade de políticas estratégicas que promovam um intercâmbio comercial mais equilibrado e benéfico para ambas as partes (*Boston University Global Development Policy Center, 2023*).

No contexto colombiano, as relações entre a China e a Colômbia passaram por diferentes etapas marcadas por eventos significativos. Um marco inicial nesse processo foi a criação da Associação de Amizade Colombo-China, em 1977, que desempenhou um papel fundamental no fortalecimento do intercâmbio cultural e na aproximação entre os dois países. Esse avanço preparou o terreno para o estabelecimento de relações diplomáticas mais sólidas, culminando, em 1980, na abertura das respectivas embaixadas em Bogotá e Pequim, o que consolidou os laços bilaterais e ampliou as oportunidades de cooperação entre as duas nações (Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, 2016). Apesar desses avanços, o reconhecimento oficial da República Popular da China (RPC) pela Colômbia ocorreu de forma relativamente tardia em comparação a outros países latino-americanos. Enquanto nações como Chile, Peru, México, Argentina e Brasil formalizaram suas relações diplomáticas com a China ao longo da década de 1970, a Colômbia somente o fez em 1985, durante a visita do então primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang ao país.

Durante a década de oitenta, foram assinados acordos de cooperação, que vão dos aspectos culturais aos econômicos. Esse período de colaboração marcou uma mudança na política externa colombiana, com visitas oficiais à China na década de 1990. Em 1996, o presidente Ernesto Samper fez a primeira visita oficial, seguida por Andrés Pastrana Arango em 1999 e pelo vice-presidente colombiano

em 2006 (Aguirre, Fernández Panero e Marambio, 2021).

Com o objetivo de facilitar as relações comerciais e expandir a presença de produtos colombianos no mercado chinês, o escritório do Consulado Comercial da Colômbia (ProColumbia)⁵ foi estabelecido em Pequim, em 2005. Esse passo estratégico ganhou maior relevância durante a crise financeira global de 2008 quando a Colômbia – buscando diversificar suas relações comerciais – renovou seu interesse em estreitar laços com a China (Ellis, 2012).

Como parte desse esforço, o governo colombiano implementou, em 2005, a estratégia Ásia-Pacífico com o propósito de mitigar o atraso comercial do país e expandir as oportunidades de investimento na região. Essa iniciativa teve como objetivo central o fortalecimento das alianças com economias asiáticas, promovendo uma maior inserção da Colômbia nos fluxos de comércio e cooperação internacional.

No âmbito desta estratégia, o governo avançou significativamente, assinando o Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI) com a China, criando novas oportunidades de negócios e cooperação. Além disso, houve progresso na negociação de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com a Coreia do Sul e participou ativamente das reuniões do grupo de investimentos da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) em 2009 (Creutzfeldt e Gélvez, 2011).

A chegada de Juan Manuel Santos à presidência em 2010 acelerou essa tendência, com uma nova estratégia de inserção internacional focada em atrair investimentos estrangeiros e promover a diplomacia econômica. Assim, em 2012, no âmbito da visita oficial do Presidente Juan Manuel Santos à China, foram assinados nove acordos de cooperação, em áreas como comércio, investimentos, infraestrutura e transporte, energia e mineração; a assinatura dos contratos foi um marco histórico nas relações entre os países. Esse período é particularmente significativo, uma vez que, ao longo da história, as relações colombianas foram predominantemente influenciadas pelos Estados Unidos e por uma tendência ideológica de direita que não favoreceu a aproximação com a China (Puyana, 2010).

Durante o governo de Santos, foram cerca de 27 acordos assinados para fomentar a cooperação em diversas áreas, incluindo economia, tecnologia, cultura e agricultura (Ministério das Relações Exteriores, 2016). No entanto, a política externa desse governo teve como foco o processo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias (FARC), deixando os esforços para estabelecer relações significativas com a região da Ásia-Pacífico em segundo plano. Apesar das tentativas, a falta de contato estratégico por parte dos líderes asiáticos, a participação limitada na cooperação regional e o declínio da influência institucional do Ministério das Relações Exteriores nos assuntos transpacificos levaram à falta de visibilidade e a conquistas tangíveis no fortalecimento das relações, especialmente com países-chave como a China. Essa abordagem passiva levou a Colômbia a não demonstrar nenhum interesse firme em consolidar os laços com a região asiática (García, 2011).

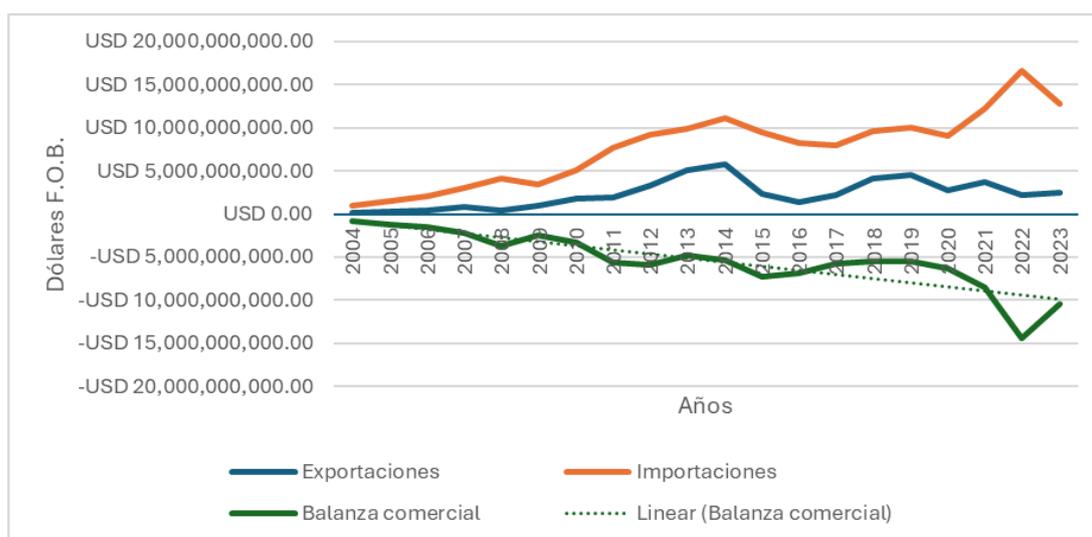
Por fim, em 2020, o presidente Iván Duque se reuniu com autoridades chinesas de alto escalão e assinou 11 instrumentos, abrangendo temas de segurança cibernética a projetos rodoviários.

Atualmente, a China está posicionada como o segundo maior parceiro comercial da Colômbia (após, apenas, dos Estados Unidos da América). Em 2023, as exportações colombianas para a China

5 Organização responsável pela promoção de relações comerciais. Para mais informações sobre o ProColumbia: <https://procolombia.co/nosotros/que-es-procolombia#hcontent>.

atingiram US\$ 2,47 bilhões, com destaque para produtos como café, carvão, petróleo, ferroníquel, ouro e bananas. No entanto, as importações da China para a Colômbia no mesmo período foram significativamente maiores, totalizando US\$ 12,83 bilhões, e incluindo produtos como telefones, máquinas automáticas de processamento de dados, vacinas, veículos automotores e peças para motocicletas e bicicletas (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, 2024).

Gráfico 1. Balança comercial entre Colômbia e China (2004-2023)



Fonte: Elaboração própria com base em informações do Ministério Colombiano do Comércio, Indústria e Turismo (2024)

Nesse sentido, a Colômbia enfrenta um desafio considerável em sua relação com a China, uma vez que sua balança comercial com a China é deficiente. O país exporta principalmente matérias-primas, ao mesmo tempo em que importa produtos de alto valor agregado, o que destaca a necessidade de diversificação estratégica para fortalecer a posição da Colômbia neste importante mercado internacional (Pastrana, 2017).

Sob a presidência de Gustavo Petro, as expectativas iniciais de uma renovação na política externa, especialmente no sentido do fortalecimento das relações com a China, foram consubstanciadas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026. Este plano propunha uma orientação expansiva e diversificada para o Indo-Pacífico, com o objetivo de consolidar as relações de cooperação com países como China, Índia, Japão e Coreia do Sul. O objetivo central era avançar para uma colaboração mutuamente benéfica, atraindo investimentos para setores de alta tecnologia e gerando emprego de qualidade. A Colômbia buscou aproveitar as oportunidades comerciais, de investimento e de aprendizagem na região do Indo-Pacífico para enriquecer sua realidade econômica, social e cultural (DNP, 2023).

No entanto, apesar dessas intenções declaradas, há evidências de falta de direção clara e um fio comum na política externa. A ausência de comunicação formal por meio do Ministério das Relações Exteriores, optando por expressões nas redes sociais, projeta uma imagem de informalidade que poderia impactar negativamente a percepção internacional da Colômbia.

Nesse sentido, autores como Borda (2023) identificam diversos problemas adicionais. Estes incluem a falta de um grupo de assessores especializados, a falta de liderança e a desarticulação em questões de política externa do presidente com o Ministério das Relações Exteriores, elementos que contribuem para a percepção de falta de seriedade na política externa colombiana. Apesar dos anúncios sobre a prioridade na política ambiental, não há uma estruturação clara nessa área.

A falta de gestão com resultados tangíveis e a lacuna entre discursos e ações levantam dúvidas sobre a efetividade e coerência da política externa no governo Petro. Essas críticas apontam para a necessidade de maior coesão e execução efetiva na implementação das metas e objetivos estabelecidos no âmbito internacional, especialmente no que se refere ao relacionamento com a Ásia-Pacífico.

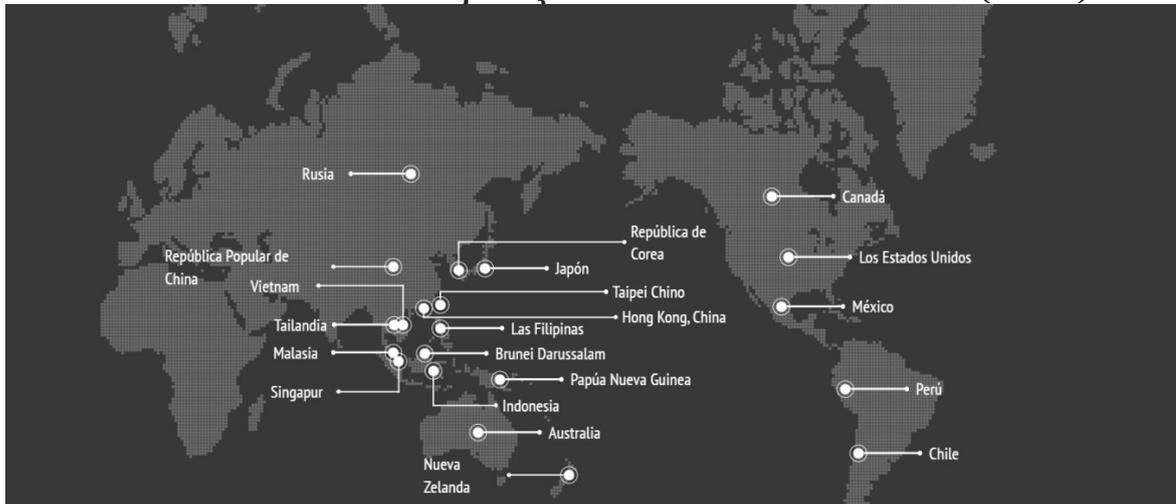
Somado a isso, a recente visita do presidente Petro à China, segundo Luna (2023) citada por Castrillón (2023), carecia de um planejamento estratégico sólido e foi improvisada. Aspectos importantes da agenda do governo, como o desenvolvimento de projetos ferroviários, a renegociação da dívida e a melhoria da balança comercial, foram abordados sem aceitar o convite da China para se juntar à Iniciativa do Cinturão e Rota, disse ele. Isso, possivelmente motivado por desorientação, desconfiança e prudência política diante de Washington. Segundo Luna, essa decisão revela uma falta de confiança e comprometimento por parte do governo colombiano e representa uma rejeição direta de uma plataforma que poderia facilitar a implementação eficiente e estruturada das propostas da Petro. A crítica se intensifica ao observar que a verdadeira prioridade da visita parecia centrar-se na discussão sobre o metrô, tema que, segundo Luna, não deveria ser o foco principal de uma visita de Estado.

Além desses desafios, Petro enfrenta a tarefa de equilibrar as relações com os principais atores globais e tomar decisões estratégicas que terão um impacto duradouro no desenvolvimento econômico e nas alianças internacionais da Colômbia. Sua abordagem pragmática e o tratamento diplomático hábil desses assuntos serão cruciais para moldar as relações China-Colômbia durante seu mandato (Rouvinski, 2023).

Visão geral da Colômbia na APEC: desafios e oportunidades

Por outro lado, a APEC, ou Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, destaca-se como um motor fundamental para o crescimento econômico e a colaboração na região Ásia-Pacífico, reunindo 21 economias com o objetivo de abrir mercados, reduzir barreiras comerciais e fomentar a cooperação técnica e econômica. Essa aliança abrange aproximadamente 38% da população mundial, cerca de 2,95 bilhões de pessoas. Da mesma forma, representa 62% do PIB mundial nominal, equivalente a US \$ 52 trilhões, e contribui com 48% do comércio global de bens e serviços (Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais do Chile, 2023).

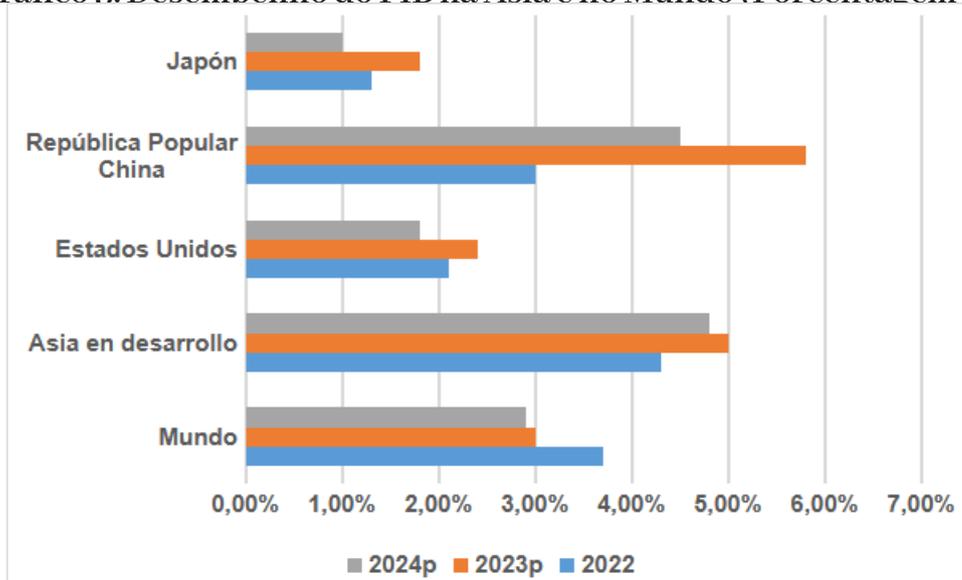
Gráfico 2. Membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)



Fonte: APEC (2023)

Além disso, a região da Ásia-Pacífico, com uma população total de cerca de 4,3 bilhões de pessoas, está experimentando um crescimento econômico notável, impulsionado por fatores como a demanda doméstica, a reabertura da China e a recuperação do turismo. O crescimento regional de 4,8% é projetado para 2024. Embora existam variações entre as economias da região, ela continua sendo um ator crucial para o desenvolvimento econômico global, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2023).

Gráfico 3. Desempenho do PIB na Ásia e no Mundo (Porcentagem Anual)



Fonte: Elaboração própria com dados da base de dados *Asian Development Outlook* (2023), Fundo Monetário Internacional (2023)

Neste contexto, a APEC surge como uma plataforma fundamental para fortalecer as relações econômicas e a colaboração entre as várias economias da região, desempenhando um papel crucial na formação do cenário econômico global.

Por 28 anos, a Colômbia expressou seu desejo de se juntar ao Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). Apesar de pedidos anteriores não serem respondidos, o recente convite do presidente Gustavo Petro para a cúpula da APEC, em São Francisco, nos Estados Unidos, em 2023, representa um avanço significativo na diplomacia colombiana. No entanto, o país tem enfrentado desafios para se integrar à APEC, devido ao seu complexo cenário interno, marcado por conflitos internos, corrupção entre lideranças e dinâmicas políticas regionais.

Ainda não há uma definição clara sobre a entrada da Colômbia na APEC, mas sua eventual inclusão traria benefícios econômicos e políticos significativos. No campo econômico, a adesão ampliaria o acesso a mercados, aumentaria a atração de investimentos e permitiria ao país integrar cadeias de suprimentos mais diversificadas. Politicamente, essa integração fortaleceria os laços entre a América Latina e a região Ásia-Pacífico, facilitando um diálogo mais amplo e promovendo a cooperação em temas globais, como comércio, segurança e meio ambiente (Pinzón, 2023).

Além disso, a plena integração da Colômbia no sistema de cooperação da APEC fortaleceria os laços multilaterais, fornecendo informações valiosas que complementariam a gestão bilateral. Esse compromisso também abriria oportunidades para participar de programas de cooperação em diversas áreas, como desenvolvimento humano, infraestrutura, alimentos e energia. Tais programas poderiam se tornar uma fonte significativa de recursos técnicos, financeiros e humanos em benefício da sociedade colombiana (García, 2018).

Neste ponto, é crucial destacar a experiência positiva do Chile como membro da APEC, pois conseguiu impulsionar significativamente suas relações com a Ásia. Através deste fórum, o Chile assinou acordos de livre comércio com várias economias, incluindo Austrália, Canadá, Estados Unidos, Coreia, Peru, China e Japão, evidenciando uma abordagem abrangente além das questões comerciais. Além disso, o Chile está negociando acordos com a Malásia e o Vietnã, e tem explorado possibilidades com a Tailândia, Hong Kong e Indonésia (Ministério das Relações Exteriores do Chile, 2020).

No entanto, a entrada da Colômbia na APEC apresenta desafios significativos que devem ser abordados de forma eficiente para aumentar a eficiência econômica e a competitividade do país. Destacam-se desafios como a re-primarização e a desindustrialização, fenômeno conhecido como “doença holandesa”, que questiona a oferta exportável da Colômbia. Além disso, enfrentam dificuldades logísticas, altos custos de produção, baixa tecnologia, qualidade e inovação e conhecimento limitado sobre a Ásia (Alvarado, 2024).

Para superar esses desafios, a Colômbia deve considerar medidas como o fortalecimento da cooperação e sinergia entre empresários, governo e agências especializadas em comércio internacional. Abordar esses aspectos cruciais da estrutura econômica do país é fundamental para uma inserção bem-sucedida na APEC. Além disso, são necessárias ações para melhorar a logística, reduzir os custos de produção, fomentar a inovação e aumentar o conhecimento sobre os mercados asiáticos. Essas medidas são essenciais para aproveitar as oportunidades oferecidas pela adesão à APEC e promover o desenvolvimento econômico sustentável na Colômbia.

Nesse contexto, o fortalecimento da relação bilateral entre a Colômbia e a China adquire especial relevância. A assinatura de um acordo de livre comércio proporcionaria acesso preferencial ao vasto mercado da China, e a cooperação em projetos estratégicos, apoiados pela experiência e financiamento chineses, poderia impulsionar o crescimento em áreas-chave, como infraestrutura e energia. Além disso, essa abordagem poderia incentivar o intercâmbio cultural e a promoção do desenvolvimento inclusivo, alinhando-se aos objetivos da APEC de beneficiar todos os setores da sociedade.

Assim, a participação ativa da Colômbia na APEC e sua cooperação estreita com a China configuram uma estratégia abrangente para fortalecer sua posição no cenário global e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo (Xinhua, 2023).

Conclusão

Em síntese, a Colômbia tem priorizado seu relacionamento com os Estados Unidos, relegando a região Ásia-Pacífico a um papel secundário, apesar de sua relevância estratégica. Para superar a dependência econômica e fortalecer os laços com a Ásia, as autoras acreditam que a Colômbia precisa adotar uma participação ativa em fóruns e mecanismos de integração regional que permitam não apenas diversificar reuniões comerciais e de investimento, mas também abrir oportunidades em áreas como cultura, arte, academia, ciência, turismo e inovação.

Para ingressar plenamente na APEC, a Colômbia precisa superar desafios como o fortalecimento da conscientização pública sobre a Ásia, a formulação de uma política externa mais clara e a criação de cadeias produtivas de maior valor agregado. Essas medidas não apenas ampliariam as oportunidades de investimento estrangeiro, mas também permitiriam diversificar mercados e equilibrar a balança comercial.

Referências Bibliográficas

Aguirre, F. L., Fernández Panero, F. T., & Marambio, L. N. Una aproximación a las relaciones políticas y económicas entre la República Popular China y la República de Colombia (2010-2020): ¿Alineamiento norteamericano o diversificación hacia el Sur? Una aproximación a las relaciones políticas y económicas entre la República Popular China y la República de Colombia (2010-2020): ¿alineamiento americano o diversificación hacia el Sur? PORTES, Revista mexicana de estudios sobre la Cuenca del Pacífico, 15(30), Julio/Diciembre de 2021, Colima, México.

Alvarado Becerril, M. E. El añorado ingreso de Colombia al Foro de Cooperación Económica de Asia Pacífico: oportunidades y desafíos. Universidad Nacional Autónoma de México, 4 de janeiro de 2024. <https://periodico.unal.edu.co/articulos/el-anorado-ingreso-de-colombia-al-foro-de-cooperacion-economica-de-asia-pacifico-oportunidades-y-desafios>

Borda Guzmán, S., & Silva Luján, G. La política exterior del gobierno de Petro, 2023. Foreign Affairs Latinoamérica.

Boston University Global Development Policy Center. China-Latin America Economic Bulletins, 2023. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/china-lac_bulletins/

Cancillería. Cifras comercio e inversión Colombia - China actualizadas a cierre de 2022, 2023. https://china.embajada.gov.co/colombia/asuntos_economicos

Chancelaria. Con firma de acuerdos con China y Singapur, terminó la gira en Asia del Presidente Santos y la Canciller Holguín, 2012. <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/firma-acuerdos-china-singapur-termino-gira-asia-presidente-santos-canciller-holguin>

Chancelaria. Historia: Cancillería de Colombia. Gobernador.co., 2016 <https://cancilleria.gov.co/footer/academy/about>

Castrillón-Kerrigan, D. Petro fue a China (¿?) Balance de una visita a medias, 26 de outubro de 2023. Diplomacia Abierta. <https://diplomaciaabierta.substack.com/p/petro-fue-a-china>

Coutin, R. (2014). Beneficios y retos de Colombia en APEC de Roldan. Revista CS, (14), 2010. Disponível em: <https://link.gale.com/apps/doc/A595704560/IFME?u=anon~3c6c0cfb&sid=googleScholar&xid=85c184af>

Creutzfeldt, B., & Gélvez, T. Un dragón en Colombia: ¿realidad o cuento chino? Sinólogo, investigador en Estudios de China Contemporánea, y docente de la Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales, Universidad Externado de Colombia, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262797170_Un_dragon_en_China_realidad_o_cuento_chino

Departamento Nacional de Planeación - DNP. Plan Nacional de Desarrollo 2022-2026 Bogotá, mayo de 2023. Colombia, potencia mundial de la vida. 2023. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Publicaciones/plan-nacional-de-desarrollo-2022-2026-colombia-potencia-mundial-de-la-vida.pdf>

Ellis, R. E. (2012). Las relaciones China-Colombia en el contexto de la relación estratégica entre Colombia y los Estados Unidos. En B. Creutzfeldt (Ed.), China en América Latina (págs. 295-325). Bogotá, Colômbia: Universidad Externado.

Espinosa Hernández, C. Petro y China: la nueva Ruta de la Seda. Portfólio, 2023. Disponível em: <https://www.portafolio.co/opinion/otros-columnistas-1/petro-y-china-la-nueva-ruta-de-la-seda-585472>

Fondo Monetario Internacional. *Perspectivas económicas mundiales* (Fondo Monetario Internacional). Washington, DC: Fondo Monetario Internacional, 2023.

García Parra, P.. *La Alianza del Pacífico y Colombia ante la escalada china*. *Estudios Políticos*, (52), 15–35, 2018. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n52a02>

García, P. (2011). *Colombia transpacífica: opciones de política y liderazgo regional*. <http://library.fes.de/pdf-files//bueros/kolumbien/08196.pdf>

Ministerio de Comercio, I. y. T. *Estadísticas de Comercio Exterior de Colombia*. Gobernador. co, 2023. Disponible em: <https://www.mincit.gov.co/estudios-economicos/estadisticas-e-informes/comercio-exterior-de-colombia>

Pacheco, D. *China a EE.UU.: Petro enfrenta su mayor reto global en medio del vértigo*. *La Silla Vacía*, 22 de outubro de 2023. Disponible em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/china-a-ee-uu-petro-enfrenta-su-mayor-reto-global-en-medio-del-vertigo>

Pastrana, E., & Castro Alegría, R. *Las relaciones entre Colombia y China: perspectivas para una asociación estratégica, integral e integral*. En *La proyección de China en América Latina y el Caribe*, 2017. Disponible em: https://www.researchgate.net/publication/317050099_Las_relaciones_entre_Colombia_y_China_perspectivas_para_una_asociacion_estrategica_comprehensiva_e_integral

Pinzón, M. *Colombia podría convertirse en el nuevo miembro de la APEC*, 22 de noviembre de 2023. Disponible em: <https://corinto.co/colombia-might-become-the-brand-new-member-of-the-apec/>

Puyana Ramos, G. *La diplomacia no formal en la etapa post diplomática entre Colombia y China*. En *Colombia y China: treinta años de amistad y cooperación*, 2010. (págs. 19-28). Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores.

Roldán, A. *Beneficios y retos de Colombia en APEC*. Medellín, Colombia: Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2010. 299 páginas.

Rouvinski, V. *La visita de Petro a China: un nuevo rumbo de la política exterior*. *Razón Pública*, 29 de outubro de 2023. Disponible em: <https://razonpublica.com/la-visita-petro-china-nuevo-rumbo-la-politica-exterior>

Torres Rojas, G.M. *Colombia y Asia-Pacífico: un examen en la evolución de las relaciones con esta importante zona*. *Razón Crítica*, (11), 183–202, 2021. <https://doi.org/10.21789/25007807.1697>

Velosa, E. *Del Asia viene un Santos cargado de...* *Semana*. 2011. <https://www.semana.com/opinion/articulo/del-asia-viene-santos-cargado-de/246675-3>

Xinhua. *China generaría mayor desarrollo en la región a través de APEC*, 17 de noviembre de 2023. Disponible em: <https://www.jornada.com.mx/noticia/2023/11/17/mundo/china-busca-un-mayor-desarrollo-en-la-region-a-traves-del-foro-apec-260>



研究中国
GECHINA UnB

mngt.unb.br/terracota-a-revista-do-gechina/

gechina.unb@gmail.com

 [@gechinaunb](https://www.instagram.com/gechinaunb)